UFRRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

DELIBERAÇÃO Nº 144, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, tendo em vista a decisão tomada em sua 299ª Reunião Extraordinária, realizada em 12 de novembro de 2019, e considerando o que consta no processo nº **23267.001650/2018-87.**

R E S O L VE: aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas do Instituto Multiplisciplinar.

RICARDO LUIZ LOURO BERBARA
Presidente

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

UFRRJ–IM
NOVA IGUAÇU, 2018

INDENTIFICAÇÃO DO CURSO

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

UNIDADE ACADÊMICA: Instituto Multidisciplinar – IM

LOCALIDADE: Campus de Nova Iguaçu/ RJ

DENOMINAÇÃO: Curso de Graduação em Ciências Econômicas

ÁREA DE CONHECIMENTO: Ciências Sociais Aplicadas

MODALIDADE: Presencial

GRAU ACADEMICO: Bacharelado

TÍTULO A SER CONFERIDO: Economista

CARGA HORÁRIA DO CURSO: 3.080 horas

TURNO DE FUNCIONAMENTO: Noturno

NÚMERO DE VAGAS: 45 vagas semestrais, 90 vagas anuais

DURAÇÃO DO CURSO EM SEMESTRES (SUGERIDOS): Mínimo: 10 ; máximo: 15

FORMA DE INGRESSO AO CURSO: editais de ocupação de vagas pelo Enem/SiSU ou modalidade de transferência conforme a legislação vigente (Lei 9536 de 11 de dezembro de 1997).

PORTARIA DE RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS: PORTARIA SERES nº 273, de 03 de abril de 2017 (Publicada no D.O.U nº 65 – 04/04/2017).

I – APRESENTAÇÃO DO PROJETO

I.1 – HISTÓRICO DA UFRRJ E DO CAMPUS NOVA IGUAÇU

A história da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) tem suas raízes na Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (Esamv), criada em 20 de outubro de 1910 pelo Decreto 8.319. Assinado por Nilo Peçanha, então presidente da República, e por Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda, ministro da Agricultura, o documento estabeleceu as bases do ensino agropecuário no Brasil. A primeira sede da Esamv foi instalada em 1911, no palácio do Duque de Saxe, bairro do Maracanã, Rio de Janeiro, onde hoje funciona o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet). O primeiro diretor foi o engenheiro agrônomo Gustavo Dutra.

Inaugurada oficialmente em 1913, a Esamv funcionou por dois anos em Deodoro, bairro da Zona Norte do Rio, onde ficava seu campo de experimentação e prática agrícola. Fechada por falta de verbas, fundiu-se à Escola Agrícola da Bahia e à Escola Média Teórico-Prática de Pinheiro e retomou suas atividades em março de 1916. Naquele mesmo ano, foi formada a primeira turma de engenheiros agrônomos, com apenas dois alunos. No ano seguinte, diplomaram-se os primeiros quatro médicos veterinários formados pela Escola. Em 1918, a Esamv foi transferida para a Alameda São Boaventura, em Niterói, onde hoje se encontra o Horto Botânico do Estado do Rio de Janeiro. Dois anos depois, a instituição ganhava mais um curso: Química Industrial. Em mais uma mudança, a Escola se estabeleceu na Praia Vermelha em 1927.

Em fevereiro de 1934, o Decreto 23.857 dividiu a Esamv em três instituições: Escola Nacional de Agronomia (ENA), Escola Nacional de Veterinária (ENV) e Escola Nacional de Química. A ENA subordinava-se à extinta Diretoria do Ensino Agrícola, do Departamento Nacional de Produção Vegetal; e a ENV, ao Departamento Nacional de Produção Animal, do Ministério de Agricultura. A Escola Nacional de Química, transferida para o antigo Ministério da Educação e Saúde, viria a se constituir na Escola de Engenharia Química da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – antiga Universidade do Brasil.

Em março de 1934, a ENA e a ENV tiveram regulamento comum aprovado e se tornaram estabelecimentos-padrão para o ensino agronômico do país. Dois anos depois, mais uma divisão: a Portaria Ministerial de 14 de novembro de 1936 tornou-as escolas independentes, com a aprovação de seus próprios regimentos. Em 1938, o Decreto-Lei 982 alterou novamente o quadro institucional:

enquanto a ENA passou a integrar o recém-criado Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (CNEPA), a ENV subordinou-se diretamente ao ministro do Estado.

O CNEPA foi reorganizado em 1943 pelo Decreto-Lei 6.155, de 30 de dezembro. Nascia a Universidade Rural, que reunia a ENA e a ENV; cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão; e serviços Escolar e de Desportos. Um ano depois, o novo regimento do CNEPA unificou os novos cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão, além de criar o Conselho Universitário (Consu). A Universidade, além de consolidar cursos e serviços, tomava as providências para, em 1948, transferir o seu campus para as margens da antiga Rodovia Rio-São Paulo (hoje BR-465), atual sede da UFRRJ. Em 1963, a Universidade Rural passou a se chamar Universidade Federal Rural do Brasil. Na ocasião, sua estrutura era composta pelos seguintes setores: as escolas nacionais de Agronomia e de Veterinária; as escolas de Engenharia Florestal, Educação Técnica e Educação Familiar; além dos cursos de nível médio dos colégios técnicos de Economia Doméstica e Agrícola (Escola Ildefonso Simões Lopes).

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – veio com a Lei 4.759, de 1965. A UFRRJ, desde 1968 uma autarquia (entidade autônoma, auxiliar e descentralizada da administração pública), passou a atuar com uma estrutura mais flexível para acompanhar a reforma universitária que se implantava no país. Com a aprovação de seu estatuto, em 1970, a Universidade ampliou as áreas de ensino, pesquisa e extensão. Em 1972, iniciou o sistema de cursos em regime de créditos. Em dez anos, surgiram novas graduações. Em 1966 foi criado o curso superior de Química. Em 1968 as escolas de Agronomia e Veterinária se transformaram em cursos de graduação. Em 1969, foram iniciados os cursos de Licenciatura em História Natural, Engenharia Química e Ciências Agrícolas. Em 1970, surgem mais cinco graduações: Geologia, Zootecnia, Administração de Empresas, Economia e Ciências Contábeis. Em 1976, foram iniciadas as licenciaturas em Educação Física, Matemática e Física. Administração de Empresas foi o primeiro curso noturno, criado em 1990. No ano seguinte, teve início a graduação em Engenharia de Alimentos.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído em 2007 (Decreto nº 6.096), representou um divisor de águas na história da Rural. Novos cursos foram criados durante o processo: em 2009, Belas Artes, Ciências Sociais, Direito e Letras; em 2010, Comunicação Social/Jornalismo, Engenharia de Materiais, Farmácia, Psicologia e Relações Internacionais. Também foram inaugurados dois novos campus: Nova Iguaçu e Três Rios. Os novos cursos e campi modificaram o perfil da Universidade, historicamente ligada aos cursos de agrárias, exatas e biológicas. A criação de novas graduações foi planejada para

atender as demandas dos municípios onde a Rural está sediada, notadamente na região da Baixada Fluminense.

A centenária UFRRJ hoje é uma universidade multicampi, com sedes nos municípios de Seropédica, Nova Iguaçu, Três Rios, Campos de Goytacazes e na cidade do Rio de Janeiro. Em 20 de julho de 2005, o Conselho Universitário da UFRRJ (CONSU) criou a unidade de Nova Iguaçu, obtida pela inclusão da Universidade na primeira etapa do Programa de Expansão do Governo Federal. Em 17 de abril de 2006, ocorreu a aula inaugural do novo campus, recepcionando os primeiros 250 estudantes matriculados nos 6 cursos de graduação, do Instituto Multidisciplinar, nome do 10° instituto da UFRRJ. Em abril de 2010, o Instituto Multidisciplinar deixou as instalações provisórias na rua Capitão Chaves e colégio municipal Monteiro Lobato para ocupar seu campus definitivo, situado próximo ao Aeroclube de Nova Iguaçu. Nesta data, já contava com mais de 2000 estudantes, matriculados nos 11 cursos de graduação presenciais, um a distância, dois mestrados, três cursos de especialização e inúmeros projetos e atividades de pesquisa e extensão.

I.2 – JUSTIFICATIVA PARA A REFORMA DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Este Projeto Pedagógico apresenta os elementos que caracterizam a identidade, as particularidades, a adequação e a operacionalização do curso Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, campus Nova Iguaçu. Todos estes elementos foram elaborados em conformidade com o Parecer n° 95/2007 do Conselho Nacional de Educação e da Resolução n° 4, de 13 de julho de 2007, do mesmo conselho; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei n°. 9.394 de 20/12/1996 e suas alterações e regulamentações, a Lei N° 13.005, de 25 de junho de 2014 - Plano Nacional de Educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais de Curso (DCN) do Conselho Nacional de Educação (CNE), as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei n° 11.645 de 10/03/2008 e Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004, Prevalência de avaliação presencial para os cursos na modalidade a distância (Dec. N°. 5.622/2005 art. 4 inciso II, $2), Disciplina de LIBRAS (Dec. 5626/2005), Políticas de educação ambiental (Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto N° 4.281 de 25 de junho de 2002), Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CP n° 1, de 30 de maio de 2012). No âmbito regulatório da UFRRJ, foram observados o Estatuto e Regimento e o Regulamento Geral dos

Cursos de Graduação, Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e Projeto Pedagógico Institucional – PPI.

O Projeto Pedagógico em vigor foi instituído no ano de 2010 e, portanto, este projeto visa proceder a uma revisão do mesmo a fim de atualizá-lo e aprimorá-lo a partir das transformações evidenciadas no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão relativas ao curso, bem como de mudanças institucionais vivenciadas no período. Esta revisão segue o parecer do Conselho Nacional de Educação nº 95/2007 sobre os cursos de Ciências Econômicas que incentiva "contínuas revisões do projeto pedagógico de um curso para que ele se constitua a caixa de ressonância dessas efetivas demandas, através de um profissional adaptável e com a suficiente autonomia intelectual e de conhecimento para que se ajuste sempre às necessidades emergentes" (CNE/CES, nº 95/2007, p.5)

A revisão do PPC de Ciências Econômicas ocorreu no âmbito das reuniões do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e nas reuniões mensais ordinárias e extraordinários de Colegiado do Curso. Os professores membros do NDE se articularam no desenvolvimento das atividades que são a base do PPC, tais como: revisão do ementário das disciplinas do curso, inclusão e exclusão de disciplinas obrigatórias e optativas, redefinição da estrutura curricular, inclusão de atividades de pesquisa e de extensão. A principal preocupação deste processo foi sedimentar a contribuição do curso de graduação de Ciências Econômicas para a formação do economista em suas amplas habilidades e competências e contribuir com a produção de conhecimento em Ciências Econômicas.

Este projeto contempla todos os componentes curriculares, abrangendo: o perfil do formando; as competências e habilidades; os conteúdos curriculares; a duração do curso; o regime de oferta; as atividades complementares; o sistema de avaliação; o estágio curricular supervisionado, em caráter opcional; e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), como componente obrigatório da Instituição.

As principais mudanças são sintetizadas a seguir. Não houve nenhuma inclusão ou exclusão de disciplinas obrigatórias. Estas foram submetidas apenas a revisões nas ementas, bibliografias e pré-requisitos. A exceção é a disciplina de monografia, que foi alterada para categoria de atividade acadêmica, distribuída em quatro módulos, para se adequar à natureza de pesquisa empírica e bibliográfica. Para acomodar esta alteração, a carga horária do curso foi elevada de 3000 para 3080 horas e o número de semestres mínimos para integralização passou de 8 para 10. Essa mudança visa amoldar o curso à experiência prática vivida nos últimos anos, que demonstra a necessidade de um tempo maior para o estudante integralizar a grade de ciências econômicas e produzir a monografia.

É preciso destacar que o curso é noturno e, como tal, exige um tempo diário menor do que os cursos integrais. A pesquisa realizada pelo NDE demonstra que cursos noturnos possuem uma grade de disciplinas distribuída por mais semestres do que cursos diurnos ou integrais. Nesse sentido, o curso de Ciências Econômicas do IM apresentava-se fora do padrão dos cursos noturnos de ciências econômicas das universidades federais da região metropolitana do Rio de Janeiro – Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – que prevêem 10 semestres para integralização de semelhante carga horária.

II – CONCEPÇÃO DO CURSO

II.1 – OBJETIVOS

O curso de graduação em Ciências Econômicas do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, sediado no Município de Nova Iguaçu, visa atender o objetivo geral da Universidade Pública, qual seja, permitir o acesso gratuito ao ensino superior de qualidade e excelência à sociedade em geral, bem como contribuir com a comunidade com a qual interage (através da relação entre ensino, pesquisa e extensão) por meio da capacitação profissional e da formação de cidadãos conscientes e atuantes na realidade social (local, regional e nacional). Por conta de sua localização e em consonância com a proposta do Instituto Multidisciplinar, o curso de Ciências Econômicas tem como meta ampliar o acesso à Universidade Pública de parcelas da população antes excluídas deste direito.

Como objetivo específico, o curso visa oferecer ao aluno uma formação sólida quanto aos fundamentos da profissão e plural quanto às correntes teóricas, que permita sua inserção competitiva no mercado de trabalho, seu ingresso na pesquisa acadêmica e em cursos de pós-graduação e o pensamento crítico da realidade.

II.2 – PERFIL DO EGRESSO

O egresso em Ciências Econômicas da UFRRJ é um profissional capacitado a desenvolver as mais diversas atribuições do economista, como planejamento, projeção, programação e análise econômico-financeira de investimentos e financiamentos de qualquer natureza; estudo e pesquisa de problemas ligados à produção e circulação de bens e serviços; estudos, análises e pareceres pertinentes à macroeconomia e microeconomia; estudo das políticas monetária, econômico-

financeira, tributária e aduaneira, inclusive incentivos; estudo de políticas salariais, custo de vida, mercado de trabalho e de serviços; assessoria e consultoria a empresas, federações e sindicatos em estudos setoriais; magistério de nível superior. O egresso possui formação para desenvolver sua atividade profissional nos mais variados ramos público e privado, tais como: empresas comerciais e industriais; bancos; órgãos governamentais de financiamento e planejamento; instituições de desenvolvimento e pesquisa econômica; bolsas de valores; mercado financeiro e Instituições de Ensino Superior.

II.3 – COMPETENCIAS E HABILIDADES

- Possuir conhecimento relativo às Ciências Econômicas nas suas mais diferentes áreas;
- Utilizar adequadamente o instrumental analítico econômico
- Coletar, reunir, sumarizar, analisar e utilizar dados econômicos;
- Compreender e utilizar adequadamente conceitos relativos às Ciências Econômicas;
- Receber e transferir informações com facilidade;
- Apresentar e defender suas posições através de exposições formais ou informais;
- Estruturar e apresentar soluções criativas para problemas do exercício profissional;
- Ler e compreender textos econômicos;
- Elaborar pareceres, relatórios, trabalhos e textos na área econômica;
- Diferenciar correntes teóricas a partir de distintas políticas econômicas.

II.4 – POLÍTICAS DE ENSINO, EXTENSÃO E PESQUISA

As políticas institucionais estimulam a interação entre a graduação e pós-graduação com os projetos de iniciação científica, os eventos científico-culturais na área do conhecimento e as atividades acadêmicas (AA). A cooperação com a comunidade se efetiva com projetos de extensão e por ações institucionais que subsidiam, por meio de bolsas, o desenvolvimento humano e social dos alunos perante a sociedade. Dentro do PDI estão apresentadas ações avaliativas e de acompanhamento da graduação e da pós-graduação, ações inclusivas – ampliação de alunos cotistas, de vagas e de assistência estudantil – e objetivos pedagógicas, como diminuição de índices de evasão, índices de repetência no ciclo básico dos cursos de graduação, mecanismos de mobilidade intracampi, ampliação do número de bolsas de monitoria.

O curso de graduação em Ciências Econômicas, além dos objetivos inclusivos, tem-se adequado nos objetivos pedagógicos no que concerne à reestruturação curricular. Com a revisão do PPC aqui proposta, espera-se alcançar objetivos como reduzir evasão escolar e ampliar o número de bolsas de monitoria. De acordo com os princípios norteadores do curso, os alunos interessados em aplicar seus conhecimentos em atividades profissionais ligadas a empresas do setor público ou privado serão estimulados a fazer Estágio Supervisionado. Por seu turno, os alunos interessados em uma carreira acadêmica serão estimulados a participar de programas de iniciação científica, integrando-se aos grupos de pesquisa existentes ou atuando como monitores. Vale destacar que os conteúdos trabalhados no curso, em sua grade curricular, tratam de questões que permitem a construção crítica do conhecimento sobre desigualdade, distribuição e concentração de renda, desenvolvimento econômico e socioambiental, além de inserção internacional.

III – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

III.1 – ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular abaixo foi elaborada observando as orientações da legislação nacional, que dividem os conteúdos obrigatórios em quatro eixos temáticos: (i) Conteúdos de Formação Geral, (ii) Conteúdos de Formação Teórico-Quantitativa, (iii) Conteúdos de Formação Histórica e (iv) Conteúdos Teóricos-Práticos.

A carga mínima exigida, com base no Parecer CNE/CES, nº 95/2007, é apresentada na primeira coluna do Quadro 1. A estrutura curricular visa atender tanto essa exigência legal quanto os princípios norteadores do curso, anteriormente expostos.

QUADRO I – ESTRUTURA CURRICULAR POR CONTEÚDO DE FORMAÇÃO

Carga horária mínima	Código	Disciplinas obrigatórias por conteúdo de formação	Carga horária proposta	Pré-requisito
300	**I - Formação Geral**		**360**	
	IM 307	Contabilidade Geral	60	–
	IM 309	Direito	60	–
	IM 226	Introdução à Sociologia	60	–
	IM 301	Introdução à Administração	60	–
	IM XXX	Introdução à Economia	60	–
	IM 147	Filosofia e Ética nas Organizações	60	–
600	**II - Formação Teórico-Quantitiva**		**1140**	
	IM XXX	Macroeconomia I	60	Introdução à Economia
	IM XXX	Macroeconomia II	60	Macroeconomia I
	IM XXX	Macroeconomia III	60	Macroeconomia II
	IM XXX	Macroeconomia IV	60	Macroeconomia III
	IM XXX	Microeconomia I	60	Introdução à Economia/ Matemática para Economia I
	IM XXX	Microeconomia II	60	Microeconomia I
	IM XXX	Microeconomia III	60	Microeconomia II
	IM XXX	Econometria I	60	Estatística II/ Matemática para Economia III
	IM XXX	Economia Industrial	60	Microeconomia II
	IM XXX	Economia Política I	60	–
	IM XXX	Economia Política II	60	Economia Política I
	IM XXX	Economia Internacional I	60	Microeconomia III / Macroeconomia II
	IM XXX	Economia Monetária I	60	Macroeconomia I
	IM XXX	Economia do Setor Público	60	Macroeconomia I
	IM 453	Matemática para Economia I	60	–
	IM 420	Matemática para Economia II	60	Matemática para Economia I
	IM 421	Matemática para Economia III	60	–

	IM 423	Estatística I	60	Matemática para Economia II
	IM 424	Estatística II	60	Estatística I
300	**III - Formação Histórica**		**360**	
	IM XXX	História do Pensamento Econômico	60	Economia Política II
	IM XXX	Histórica Econômica Geral	60	–
	IM XXX	Formação Econômica do Brasil	60	–
	IM XXX	Economia Brasileira I	60	Formação Econômica do Brasil
	IM XXX	Economia Brasileira II	60	Economia Brasileira I
	IM XXX	Desenvolvimento Socioeconômico	60	Economia Brasileira II
300	**IV - Teórico-práticos**		**540**	
	IM XXX	Técnicas de Pesquisa e Metodologia Econômica	60	História do Pensamento Econômico
	AA XXX	Elaboração de Projeto I	60	Técnicas de Pesquisa e Metodologia Econômica
	AA XXX	Elaboração de Projeto II	60	Técnicas de Pesquisa e Metodologia Econômica
	AA XXX	Monografia I	180	Elaboração de Projeto I Elaboração de Projeto II
	AA XXX	Monografia II	180	Elaboração de Projeto I Elaboração de Projeto II
1500	**TOTAL**		**2400**	

As mudanças realizadas na estrutura curricular:

A. (IM XXX) História Econômica Geral

Sem a presença de uma disciplina de "História Econômica Geral I", o nome sequencial, "História Econômica Geral II", fica inapropriado. Assim, opta-se por chamar a disciplina apenas de "História Econômica Geral".

B. (IM XXX) Desenvolvimento Socioeconômico

Essa alteração visa adequar a classificação da disciplina de desenvolvimento socioeconômico. Na estrutura curricular de 2010 essa disciplina estava classificada no eixo de formação teórica-quantitativa, entretanto, dado a ementa da disciplina e seus objetivos, avaliou-se que a disciplina é melhor categorizada no eixo de formação histórica.

C. (AA XXX) Elaboração de Projeto I, (AA XXX) Elaboração de Projeto II, (AA XXX) Monografia I e (AA XXX) Monografia II

Durante a avaliação da estrutura curricular anterior, os professores do colegiado do curso de Ciências Econômicas concluíram que a monografia se enquadra na categoria de atividade acadêmica e não no formato de disciplina. Avaliou-se também que apenas um único semestre dedicado para a elaboração da monografia não é suficiente. A presente estrutura curricular propõe que a construção da monografia seja distribuída ao longo de quatro atividades acadêmicas: Elaboração de Projeto I, Elaboração de Projeto II, Monografia I e Monografia II. Dessa forma, o aluno terá acompanhamento docente no desenvolvimento da monografia ao longo de quatro períodos letivos e não apenas um, conforme estrutura curricular anterior. O objetivo é oferecer aos estudantes do curso de Ciências Econômicas do IM uma melhor preparação para o desenvolvimento do trabalho monográfico e, indiretamente, contribuir para a redução da evasão e retenção provocadas pelas dificuldades dos estudantes no desenvolvimento do trabalho monográfico, principalmente no que se refere a concentração da pesquisa bibliográfica, elaboração da estrutura do projeto e redação do texto monográfico em apenas um período letivo.

D. Atualização das ementas, das bibliografias e dos pré-requisitos das disciplinas

Por mais que o colegiado não tenha decidido criar nem eliminar nenhuma disciplina da estrutura curricular, o professores realizaram uma atualização das ementas, das bibliografias e dos pré-requisitos de todas as disciplinas obrigatórias oferecidas pelo departamento de ciências econômicas (DPCE). O resultado está descrito abaixo.

III.2 – EIXOS TEMÁTICOS COM EMENTAS

Conteúdos de Formação Geral (mínimo de 10% da carga horária total mínima):

As disciplinas: (i) Contabilidade Geral (60 horas), (ii) Introdução à Sociologia (60 horas), (iii) Direito (60 horas), (iv) Introdução à Economia (60 horas), (v) Filosofia e ética nas

Organizações (60 horas) e (vi) Introdução à Administração (60 horas) abordam os conteúdos de formação geral, totalizando 360 horas.

O total de 360 horas de atividades associadas aos Conteúdos de Formação Geral corresponde a aproximadamente 12% da carga horária total do curso, estando de acordo com o limite mínimo de 10% estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Além disso, contemplam os conteúdos de Administração, Filosofia e Ética, Ciências Sociais e Direito que são exigidas nessas mesmas diretrizes.

Ementário:

Introdução à Economia		
Código	**Carga Horária**	**Pré-requisito**
IM XXX	60h	–
Ementa: evolução da economia como ciência; objeto da economia; teoria e política econômica. Fundamentos teóricos da microeconomia; leitura de gráficos e variáveis; sistemas econômicos; mercado, demanda e oferta (individual, de mercado, curvas, posição das curvas e elasticidades); equilíbrio e mudança do equilíbrio; estruturas de mercado. Tópicos de Macroeconomia (Contabilidade Social): produto agregado, renda agregada e despesa agregada. Identidades Básicas da Macroeconomia. Conceitos básicos associados ao Mercado Monetário: moeda e juros. Introdução ao setor externo: estrutura do Balanço de Pagamentos, taxa de câmbio e Política Cambial.		
Bibliografia Básica: FEIJO, C. A Contabilidade Social: o novo sistema de contas nacionais do Brasil. 2a ed. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2003. VASCONCELLOS, M. Manual de Economia: Micro e Macro, São Paulo, Editora Atlas, 2002. VASCONCELLOS, M.; GARCIA M. Fundamentos de Economia. 2a Edição. São Paulo, Editora Saraiva., 2005.		
Bibliografia Complementar: HEILBRONER, R. A História do Pensamento Econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1996. MANKIW, N. G. Introdução à Economia. São Paulo, Editora Thomson Learning, 2005. PAULANI, L. M e BRAGA, M. B. A Nova Contabilidade Social. São Paulo, Editora Saraiva, 2000. PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M.A. Manual de Economia. Equipe de Professores da USP. 5ª Edição. São Paulo, Editora Saraiva, 2004. SILVA, CESAR R. L. Economia e mercados: introdução à economia. São Paulo, Editora Saraiva, 2001. STIGLITZ J. e WALSH, C. Introdução à Microeconomia. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2003.		

Contabilidade Geral		
Código	**Carga Horária**	**Pré-requisito**
IM 307	60h	–

Ementa: a contabilidade como ciência social; o estudo do patrimônio; situação líquida patrimonial; técnica contábil; escrituração contábil; livros contábeis obrigatórios; balanço patrimonial e principais indicadores de análise de balanços; regime de caixa versus regime de competência; apuração do resultado do exercício; demonstração de resultado do exercício; métodos e critérios de controle de estoques; demonstração de lucros/prejuízos acumulados.

Bibliografia Básica:

IUDÍCIBUS, S. de et al. Contabilidade Introdutória. São Paulo, editora Atlas, 2006.
IUDÍCIBUS, S.; KANITZ, S.; MARTINS, E.; Contabilidade Introdutória. Equipe de Professores da FEA/USP. 11° Edição. São Paula: Atlas, 2010.
MARION, J. C. Contabilidade Básica. São Paulo, editora Atlas, 2004.

Bibliografia Complementar:

IUDÍCIBUS, S. de et ali. Manual de Contabilidade das Sociedades por ações. São Paulo, editora Atlas, 2003.
MARION, J. C. Contabilidade Empresarial. 15° Edição. São Paulo, editora Atlas, 2009.
RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Básica Fácil. 27ª edição, São Paulo: Saraiva, 2010.
RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Geral Fácil. 6ª edição, São Paulo: Saraiva, 2010.
SALAZAR, J. et al. Contabilidade Financeira. São Paulo, Pioneira Thomsom Learning, 2004.

Introdução à Administração		
Código	**Carga Horária**	**Pré-requisito**
IM 301	60h	–

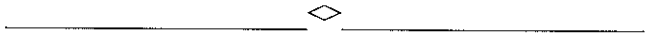
Ementa: conceitos e noções introdutórias sobre administração; administrando organizações e pessoas; sistemas de planejamento e gestão organizacional; estruturas organizacionais; a tecnologia e o desenho dos processos de trabalho; conceitos sobre gestão de processos de negócios; administrando a mudança e inovação; gestão de serviços.

Bibliografia Básica:

CORRÊA, H.; CAON, M. Gestão de serviços. São Paulo: Atlas, 2002.
MAXIMIANO, Antônio C. A. Introdução à administração. 4° Edição. São Paulo: Atlas, 1995.
ROBBINS, Stephen P. Administração mudanças e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2000.

Bibliografia Complementar:

CHIAVENATO, I. Introdução à teoria geral da administração. 5° Edição. São Paulo: Makron Books, 1997.
DE SORDI, J. Gestão por processos: uma abordagem da moderna administração. São Paulo: Saraiva, 2005.
DRUCKER, P. Sociedade pós-capitalista. São Paulo: Pioneira, 2000.
FERREIRA, A.; REIS, A.; PEREIRA, M. Gestão empresarial: de Taylor aos nossos dias. Evolução e Tendências da Moderna Administração de Empresas. São Paulo: Pioneira, 2000.
PALADINI, E. Gestão da qualidade no processo: o caminho para a modernização. São Paulo: Atlas, 1993.
SHANE, S. Sobre solo fértil: como identificar grandes oportunidades para empreendimentos em alta tecnologia. Porto Alegre: Bookman, 2005.
SLACK, N. et al. Administração da produção. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
TIGRE, P. Gestão da Inovação: a economia da tecnologia no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.



Introdução à Sociologia		
Código	**Carga Horária**	**Pré-requisito**
IM 226	60h	–

Ementa: sociologia como um conhecimento historicamente construído; perspectiva sociológica de apreensão da realidade; o objeto e suas dimensões; diferenciação na análise sociológica.

Bibliografia Básica:

BAUMAN, Z. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
ELIAS, N. A Sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
POLANY, K. A Grande Transformação. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

Bibliografia Complementar:

ARON, R. As Etapas do Pensamento Sociológico. Brasília: Martins Fontes, 1982.
BERGER, P. Perspectivas Sociológicas: uma visão humanística. Petrópolis: Editora Vozes, 1973.
BOURDIEU, P. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.
NUNES, E. (org.). A Aventura Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
MILLS, W. A Imaginação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
PIOTR, S. A Sociologia da Mudança Social. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1998.

Direito		
Código	**Carga Horária**	**Pré-requisito**
IM 309	60h	–
Ementa: princípios básicos de direito constitucional; história das constituições brasileiras; a constituição de 1988; o ordenamento jurídico brasileiro: tópicos introdutórios; o processo parlamentar brasileiro.		
Bibliografia Básica: BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 1990. REALE, M. Lições preliminares de direito. São Paulo: Saraiva, 2003. MORAES, A. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2006.		
Bibliografia Complementar: BOBBIO, N. Estado e Governo, Sociedade. Rio de Janeiro: Paz &Terra, 1987. FARIA, J. Direito e Economia na Democratização Brasileira. São Paulo: Malheiros editores, 1993. LIMA, H. Introdução à Ciência do Direito. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2002. PINHO, R. Teoria Geral da Constituição e Direitos Fundamentais. São Paulo: Saraiva, 2006. SILVA, J. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros editores, 2006.		

Filosofia e Ética nas Organizações		
Código	**Carga Horária**	**Pré-requisito**
IM 147	60h	–
Ementa: noções básicas de filosofia; conceitos fundamentais da ética; o surgimento do estado moderno; ética e economia.		
Bibliografia Básica: ARISTOTELES. Ethica Nicomachea I 13 – III 8. Tratado da Virtude Moral. São Paulo: Odysseus, 2008. KANT, I. Metafísica dos Costumes. Petrópolis: Vozes, 2013. MILL, J. Utilitarismo. Petrópolis: Vozes, 2012.		

Bibliografia Complementar:

CHAUÍ, M. Convite à Filosofia. 14° Edição. São Paula: Ática, 2010.
MARCONDES, D. Introdução à História da Filosofia: Dos pré-socráticos a Wittgenstein. 6° Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
RAWLS, J. História da Filosofia Moral. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
SANDEL, M. Justiça: O que é fazer a coisa certa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
SEN, A. A ideia de Justiça. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Conteúdos de Formação Teórico-Quantitativo (mínimo de 20% da carga horária total mínima):

Os conteúdos que se direcionam à formação acadêmica e profissional propriamente dita englobam: (i) a teoria microeconômica (Microeconomia I, II e III, Economia Industrial e Economia Internacional I, totalizando 300 horas); (ii) a teoria macroeconômica e a contabilidade social (Macroeconomia I, II, III e IV, Setor Público e Economia Monetária I, totalizando 360 horas); (iii) as ferramentas básicas da matemática, da estatística e da econometria (Matemática para economia I, II e III, Estatística I e II e Econometria I, totalizando 360 horas); (iv) a economia política (Economia Política I e II, totalizando 120 horas).

O total de 1140 horas de atividades associadas aos conteúdos de formação teórico-quantitativa correspondem a aproximadamente 37% da carga horária total do curso, estando de acordo com o mínimo de 20% estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Ementário:

Macroeconomia I		
Código	**Carga Horária**	**Pré-requisito**
IM XXX	60h	Introdução à Economia
Ementa: Balanço de Pagamentos. O Sistema de Contas Nacionais. Matriz insumo-produto. Matriz de Contabilidade Social. Modelo macroeconômico (neo)clássico. Modelo keynesiano simples.		
Bibliografia Básica: FEIJO, C. Contabilidade Social: o novo sistema de contas nacionais do Brasil. 2a ed. Editora Campus. Rio de Janeiro. 2003. FROYEN, R. T. Macroeconomia. São Paulo, Editora Saraiva, 1999. LOPES, L. M.; VASCONCELLOS, M. Manual de Macroeconomia: básico e intermediário. São Paulo, Editora Atlas, 2000.		
Bibliografia Complementar: BLANCHARD, O. Macroeconomia. Pearson 2007. DORNBUSCH, R. & FISCHER, S. Macroeconomia, São Paulo, Makron Books, 1991. MANKIW, N. G. Macroeconomia, Rio de Janeiro, Editora LTC, 2004. PAULANI, L. M e BRAGA, M. B. A Nova Contabilidade Social. Editora Saraiva, 2000. SACHS, J e LARRAIN, F. Macroeconomia, Makron Books, 2000.		

Macroeconomia II		
Código	**Carga Horária**	**Pré-requisito**
IM XXX	60h	Macroeconomia I
Ementa: Modelo IS-LM. Modelo IS-LM-BP sob diferentes graus de mobilidade e regimes cambiais. Modelo Monetarista. Implicações de Política Econômica nos referidos modelos.		
Bibliografia Básica: CARVALHO, F. J. C. et ali. Economia Monetária e Financeira: Teoria e Política, Rio de Janeiro, 2ª edição Elsevier Campus, 2007. FROYEN, R. T. Macroeconomia. São Paulo: Saraiva, 1999. LOPES, L. M.; VASCONCELLOS, M. Manual de Macroeconomia: básico e intermediário, São Paulo, Editora Atlas, 2000.		

Bibliografia Complementar:
BLANCHARD, O. Macroeconomia. Pearson 2007.
DORNBUSCH, R. & FISCHER, S. Macroeconomia. São Paulo, Makron Books, 1991.
KRUGMAN, P.; WELLS, D. Macroeconomia. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2015.
MANKIW, N. G. Macroeconomia. Rio de Janeiro, Editora LTC, 2004.
SACHS, J e LARRAIN, F. Macroeconomia, Makron Books, 2000.

Macroeconomia III		
Código	**Carga Horária**	**Pré-requisito**
IM XXX	60h	Macroeconomia II

Ementa: Modelo Novo-Clássico. Modelo dos Ciclos Reais de Negócio. Modelo dos Novos Keynesianos. Modelo do Novo Consenso Macroeconômico. Implicações de Política Econômica nos referidos modelos. Consumo e Investimento. Modelos de Crescimento Econômico: Solow e Endógenos (modelo AK).

Bibliografia Básica:
CARVALHO, F. J. C. et ali. Economia Monetária e Financeira:Teoria e Política, Rio de Janeiro, 2ª edição Elsevier Campus, 2007.
FROYEN, R. T. Macroeconomia. São Paulo: Saraiva, 1999.
JONES, CHARLES, Introdução à teoria do Crescimento Econômico. Petrópolis: Editora Campus, 2000.
LOPES, L. M. & VASCONCELLOS, M. A. S. de. Manual de Macroeconomia: Básico e Intermediário, São Paulo, Editora Atlas,3ª edição, 2008.

Bibliografia Complementar:
ALMEIDA, T. V. Uma análise crítica ao modelo do Novo Consenso. Dissertação de Mestrado, IE–UFRJ, 2009.
BLANCHARD, O. Macroeconomia, Pearson 2007.
DORNBUSCH, R. e FISCHER, S. Macroeconomia, São Paulo, Makron Books, 1991.
MANKIW, N. G. Macroeconomia, Rio de Janeiro, Editora LTC, 6ª edição, 2008.
OREIRO J. L. e NEVES A. L. O regime de metas de inflação: uma abordagem teórica. ENSAIOS FEE, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 101-132, jun 2008.
PAULA L. F. e SARAIVA P. J. Novo Consenso Macroeconômico e Regime de Metas de Inflação: algumas implicações para o Brasil. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, v.36, n.128, p.19-32, jan./jun 2015.
SACHS, J. e LARRAIN, F. Macroeconomia, Makron Books, 2000.

Macroeconomia IV		
Código	**Carga Horária**	**Pré-requisito**
IM XXX	60h	Macroeconomia III

Ementa: Determinação do emprego e da renda sob o princípio da demanda efetiva. Demanda efetiva, crescimento a longo prazo e restrição ao balanço de pagamentos. Consumo agregado. Investimento agregado. Inflação de custos e conflito distributivo. Política monetária e política fiscal sob demanda efetiva e moeda endógena. Limites da política econômica.

Bibliografia Básica:

KEYNES, J. M. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. Coleção: Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
KALECKI, M. Teoria da dinâmica econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
LAVOIE, M. (2005). La economía postkeynesiana. Barcelona: Icaria Editorial.
WRAY, L. R. Trabalho e moeda hoje: a chave para o pleno emprego e a estabilidade dos preços. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, Contraponto, 2003.

Bibliografia Complementar:

CHICK, V. (1993). Macroeconomia após Keynes: um reexame da Teoria Geral. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
FIOCCA, D. (2000). A oferta de moeda na macroeconomia keynesiana. São Paulo: Paz e Terra.
GAREGNANI, P. et ali (1980). Progresso técnico e teoria econômica. Campinas: Hucitec.
KALECKI, M. (1980). Kalecki. Organizado por Jorge Miglioli. Coleção: Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática.
KALECKI, M. (1990). Crescimento e ciclos das economias capitalistas. Organizado por Jorge Miglioli. Campinas: Hucitec.
KEYNES, J. M. (1984). John Maynard Keynes. Organizado por Tamás Szmrecsányi. Coleção: Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática.
LIMA, G. T.; SICSÚ, J. & L. F. PAULA (org.) (1999). Macroeconomia moderna: Keynes e a economia contemporânea. Rio de Janeiro: Campus.
MIGLIOLI, J. (1986). Acumulação de capital e demanda efetiva. Rio de Janeiro: T. A. Queiroz.
PASINETTI, L. (1979). Crescimento e distribuição de renda: ensaios de teoria econômica. Rio de Janeiro: Zahar.
POMERANZ, L.; MIGLIOLI, J. & G. LIMA (org.) (2001). Dinâmica econômica do capitalismo contemporâneo: homenagem a M. Kalecki. São Paulo: Edusp.
SICSÚ, J. & G. T. LIMA (org) (2003). Macroeconomia do emprego e da renda: Keynes e o keynesianismo. São Paulo: Manole.
SILVA, A. C. M. (1999). Macroeconomia sem equilíbrio. Petrópolis: Vozes.
THIRLWALL, A. (2005). A natureza do crescimento econômico. Brasília: IPEA.
WRAY, L. Randall. Trabalho e moeda hoje: a chave para o pleno emprego e a estabilidade dos preços. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, Contraponto, 2003.

Economia Monetária I		
Código	**Carga Horária**	**Pré-requisito**
IM XXX	60h	Macroeconomia I

Ementa: Moeda: conceitos, origens e funções. Evolução do sistema financeiro brasileiro. A oferta de moeda. A teoria quantitativa da moeda. A abordagem da moeda endógena. As principais versões da demanda de moeda. Regime de Metas de Inflação. Operacionalidade da Política monetária: objetivos e instrumentos, mecanismos de transmissão da política monetária. Regulação e supervisão financeira. Inovações Financeiras e transformações estruturais dos sistemas financeiros.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, F. J. C. et ali. Economia Monetária e Financeira: Teoria e Política, Rio de Janeiro, 2ª edição, Elsevier Campus, 2007.
FROYEN, Richard T. Macroeconomia. São Paulo: Saraiva, 1999. 3ª edição Editora Atlas. 2009
LOPES, João do Carmo; ROSSETTI, José Paschoal. Economia monetária. 9. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2005.

Bibliografia Complementar:

ARESTIS, P.; PAULA, L. F.; FERRARI FILHO, F. A nova política monetária: uma análise do regime de metas de inflação. Economia e Sociedade, Campinas, v. 18, n. 1 (35), p. 1-30, abr. 2009.
BORÇA JÚNIOR, G. R, TORRES FILHO, E. Analisando a crise do subprime. Revista do BNDES, p.129-159, Dez. 2008.
CARVALHO, F. C. Entendendo a crise global. In: CARVALHO, Fernando Cardim...[et al.]. Dossiê da crise I, p.16-22, Nov. 2008.
COSTA, F. N. Economia Monetária e Financeira- Uma Abordagem Pluralista, Editora Makron Books, 1999.
FORTUNA E. Mercado Financeiro – Produtos e Serviços – Qualitymark, 20ª ed.,2015.
HILLBRECHT OTTO, R. Economia monetária. São Paulo: Atlas, 1999. Intermediário, São Paulo, Editora Atlas, 3ª ed., 2008.
KEYNES, J. M. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. 1. ed. -. São Paulo: Atlas, 2007.
LOPES, L. M. & VASCONCELLOS, M. A. S. de. Manual de Macroeconomia: Nível Básico e Intermediário. 2.ed. São Paulo, Editora Atlas,2000.
MISHKIN, F. Moedas, Bancos e Mercados Financeiros, Editora LTC, 1999.
PAULA, L. F. R; ALVES JÚNIOR, A. J. Comportamento dos bancos, percepção de risco e margem de segurança no ciclo minskiano. Análise econômica, v. 21, n. 39, 2003.

Economia do Setor Público		
Código	**Carga Horária**	**Pré-requisito**
IM XXX	60h	Macroeconomia I

Ementa: Papel do Setor Público na Economia. Teoria Econômica do Setor Público. Política Econômica do Setor Público. Receitas e Despesas públicas. Processo Orçamentário. Instrumentos de Medidas do Setor Público. Dívida Pública. Finanças Funcionais e as relações entre Banco Central e Tesouro. Política Fiscal em uma economia aberta com moeda endógena. Finanças Públicas no Brasil.

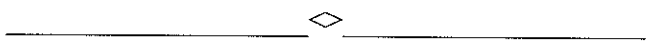
Bibliografia Básica:

GIACOMONI, J. Orçamento público. 14. ed. ampl., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2008.
GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. D. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. 3. ed. rev. atual. -. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
WRAY, L. R. Trabalho e moeda hoje: a chave para o pleno emprego e a estabilidade dos preços. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, Contraponto, 2003.

Bibliografia Complementar:

BLEJER, M. I. e CHEASTY, A. Como Medir o Déficit Público: Questões Analíticas e Metodológicas. Secretaria do Tesouro Nacional. Brasília, 1993.
CARVALHO, F. J. C. Equilíbrio fiscal e política econômica keynesiana. Análise Econômica. 26, p. 7-25. 2008.
GENTIL, D. A Política Fiscal e a Falsa Crise da Seguridade Social Brasileira – Análise financeira do período 1990-2005. Rio de Janeiro, Tese de Doutoramento, Instituto de Economia/UFRJ. 2006.
HERMANN, J. A Macroeconomia da Política Fiscal. Texto Didático n.52, IE/UFRJ, 1996.
HERMANN, Jennifer. A macroeconomia da dívida pública: notas sobre o debate teórico e a experiência brasileira recente (1999-2002). Cadernos Adenauer, v. 3, n. 4, 2002.
KALECKI, M. Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas, Hucitec, São Paulo, 1983.
LERNER, A. P. Economics of employment. New York: McGRAW-HILL, 1951.
MUSGRAVE, R. & MUSGRAVE, P. Finanças Públicas: Teoria e Prática. Campus/EDUSP, São Paulo, 1980.
PIMENTEL, K.M. Ensaios sobre política fiscal, demanda efetiva e finanças funcionais. Tese de doutorado, IE – UFRJ, 2018.
RODRIGUES, R. de S. Finanças Públicas e o Impacto da Política Fiscal no Brasil: de 1991 a 2008. Tese de doutorado, IE – UFRJ, 2010.
SERRANO, F. ; SUMMA, R. a Política Fiscal na Macroeconomia da Demanda Efetiva, IE-UFRJ, Setembro, 2012.
SILVA, F. A. R. Finanças públicas. 2. ed. -. São Paulo: Atlas, 2001.

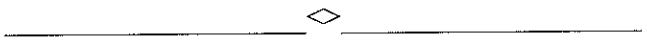
Microeconomia I		
Código	**Carga Horária**	**Pré-requisito**
IM XXX	60h	Introdução à Economia Matemática para Economia I
Ementa: Teoria do Consumidor: Orçamento; preferências e funções de utilidade; maximização de utilidade; impostos; preferência revelada; Curva de demanda; Curva de Engel; equações de Slutsky; elasticidades; excedente do consumidor; escolha intertemporal; escolha envolvendo risco. Ativos de risco e o CAPM: noções básicas.		
Bibliografia Básica: VARIAN, H. Microeconomia – princípios básicos: uma abordagem moderna. Rio de Janeiro: editora Campus, 2006. PINDYCK, R. S. e RUBINFELD, D. L. Microeconomia. São Paulo: Prentice Hall, 2002. SIMON, C.D. e BLUME, L. Matemática para Economistas. Porto Alegre: Bookman, 2004.		
Bibliografia Complementar: SIMONSEN, M.H. Teoria Microeconômica. Volume 1. Rio de Janeiro, FGV, 1969. FERGUSON, G.E. Teoria Microeconômica. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1976. MAS–COLELL, A.; WHINSTON, M.; JERRY R. Microeconomic Theory. Oxford. 1996. NICHOLSON, W. Microeconomic Theory: Basic principles and extensions. Thompson ed., 9º edition, 2004. VARIAN, R. H. Intermediate Microeconomics: A modern Approach. W. W. Norton & Company: 9nd Edition, 2014.		



Microeconomia II		
Código	**Carga Horária**	**Pré-requisito**
IM XXX	60h	Microeconomia I
Ementa: Teoria da Firma: tecnologia; maximização de lucro; minimização de custos e escolha ótima de fatores; curvas de custo. Os modelos de concorrência perfeita, Monopólio, Concorrência monopolística e oligopólio. Introdução à teoria dos jogos: cartéis e o dilema do prisioneiro; equilíbrio de Nash; conceitos básicos; modelos de oligopólio com o instrumental da teoria dos jogos.		

Bibliografia Básica:
VARIAN, H. Microeconomia – princípios básicos: uma abordagem moderna. Rio de Janeiro, editora Campus, 2006.
PINDYCK, R. S. e RUBINFELD, D. L. Microeconomia. São Paulo, Prentice Hall, 2002.
THOMPSON Jr., A.A. e FORMBY, J.P. Microeconomia da Firma: teoria e prática. Rio de Janeiro: LTC, 2003, 6. ed.

Bibliografia Complementar:
FERGUSON, G.E. Teoria Microeconômica. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1976.
GIBBONS, R. Game Theory for applied economists. Princeton University Press, 1992.
MAS–COLELL, A.; WHINSTON, M.; JERRY R. Microeconomic Theory. Oxford. 1996.
NICHOLSON, W. Microeconomic Theory: Basic principles and extensions. Thompson ed., 9° edition, 2004.
SIMONSEN, M.H. Teoria Microeconômica. Volumes 2 e 3. FGV, 1969.



Microeconomia III		
Código	**Carga Horária**	**Pré-requisito**
IM XXX	60h	Microeconomia II

Ementa: Comprando e vendendo. Limites da análise de equilíbrio parcial marshalliano. Equilíbrio geral walrasiano: trocas puras; produção; teoremas de bem-estar; debate sobre existência, unicidade e convergência do equilíbrio geral. Análise de bem-estar social; teorema da impossibilidade de Arrow. Economia comportamental. Externalidades. Bens Públicos: mecanismos de provisão de bens públicos. Modelos de informação assimétrica; moral hazard e seleção adversa.

Bibliografia Básica:
VARIAN, H. Microeconomia - princípios básicos: uma abordagem moderna. Rio de Janeiro, editora Campus, 2006.
PINDYCK, R. S. e RUBINFELD, D. L. Microeconomia. São Paulo, Prentice Hall, 2002.
SIMON, C.D. e BLUME, L. Matemática para Economistas. Porto Alegre: Bookman, 2004.

Bibliografia Complementar:

MAS–COLELL, A.; WHINSTON, M.; JERRY R. Microeconomic Theory. Oxford. 1996.
NICHOLSON, W. Microeconomic Theory: Basic principles and extensions. Thompson ed., 9° edition, 2004.
KREPS, D. M. A. Course in Microeconomic Theory. Cambridge, UK, University Press, 1990.
STARR, R. General Equilibrium Theory: An Introduction, - 2nd Edition. Cambridge University Press, 2009.
WALRAS, L. Compêndio dos elementos de economia política pura. São Paulo, Nova Cultural, 1988.

<>

Economia Industrial		
Código	**Carga Horária**	**Pré-requisito**
IM XXX	60h	Microeconomia II

Ementa: O paradigma estrutura-conduta-desempenho; Condições determinantes da estrutura: economias de escala; concentração industrial; diferenciação de produto. Modelos do preço-limite; contestabilidade; estratégias de prevenção à entrada; padrões de concorrência. Teoria da firma: objetivos da firma; crescimento e financiamento da firma; organização interna da firma: o enfoque institucionalista; diversificação, integração e conglomeração. Firmas e mercados em um contexto dinâmico: progresso técnico e concorrência.

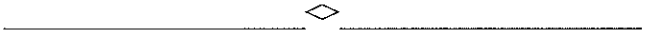
Bibliografia Básica:

KUPFER, D. e HASENCLEVER, L. (org.) Economia Industrial – fundamentos teóricos e práticas no Brasil. Rio de Janeiro, editora Campus, 2002.
TIROLE, J. The Theory of Industrial Organization. MIT Press, 1988
THOMPSON Jr., A.A. e FORMBY, J.P. Microeconomia da Firma: teoria e prática. Rio de Janeiro: LTC, 2003, 6. ed.

Bibliografia Complementar:

CABRAL, L. Economia Industrial. Portugal: McGraw-Hill, 1994.
FARINA, E. M. M.; AZEVEDO, P. F.; SAES, M. S. M. Competitividade: mercado, Estado e Organizações. São Paulo : Singular, 1997.
MOTTA, M., SALGADO, L.H. Política da Concorrência: Teoria e Prática e sua aplicação no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 1 ed., 2015.
KON, ANITA. Economia Industrial. Ed. Nobel, 2000.
POSSAS, M. L. Estruturas de Mercado em Oligopólio. São Paulo, Hucitec, 1985.

Economia Internacional I		
Código	**Carga Horária**	**Pré-requisito**
IM XXX	60h	Macroeconomia II Microeconomia III
Ementa: Teorias do Comércio Internacional: Modelo Ricardiano, Modelo de fatores específicos, Dotações de fatores e comercio internacional, Modelo padrão de comercio, Retorno crescente e comercio, A grande firma e comercio, Politica comercial, Economia Politica do Comercio.		
Bibliografia Básica: APPLEYARD, D. et al. Economia Internacional. AMGH Editora, 2010. CARBAUGH, R. Economía internacional. Thomson, 2004. CAVES, R.; FRANKEL, J.; JONES, R. Economia Internacional: Comércio e Transações Globais. Editora Saraiva, 2001. GONÇALVES, R. et ali. A Nova Economia Internacional. Uma Perspectiva Brasileira. Rio de Janeiro, Campus, 1998. KRUGMAN, P.; OBSTFELD, M. Economia Internacional - Teoria e Política. Pearson Education do Brasil, 2005.		
Bibliografia Complementar: ETHIER, W. Modern International Economics, terceira edição, New York: W. W. Norton, 1995. FEENSTRA, R. Advanced international trade: theory and evidence. Princeton university press, 2015. KENEN, P. Economia Internacional. Editora Campus, 1998CARBAUGH, R. J. Economia Internacional. Thomson Pioneira, 2003 KRUGMAN, P. Pop Internationalism, Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1996. WILLIAMSON, J., A Economia Aberta e a Economia Mundial, São Paulo, Editora Campos, 1989.		



Matemática para Economia I		
Código	**Carga Horária**	**Pré-requisito**
IM 453	60h	–
Ementa: breve revisão de matemática elementar; cálculo diferencial em R; cálculo integral em R.		

Bibliografia Básica:
CHIANG, A.; WAINWRIGHT, K. Matemática para Economistas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
LEITHOLD, L. O Cálculo com Geometria Analítica – volume 1. São Paulo, editora Harbra, 1994.
SIMON, C.; BLUME, L. Matemática para Economistas. São Paulo: Bookman, 2004.

Bibliografia Complementar:
ADAMI, A.; DORNELLES FILHO, A.; LORANDI, M. Pré-Cálculo. Porto Alegre: Bookman, 2015.
AXLER, S. Pré-Cálculo: uma preparação para o cálculo com manual de soluções para o estudante. 2° Edição. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2018.
GUIDORIZZI, H. Um curso de Cálculo – Volume I. 6° Edição. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2018.
STWEART, J. Cálculo – Volume I. 4° Edição. São Paulo: Cengage Learning, 2017.
THOMAS, G. B. Cálculo – Volume I. São Paulo: Ed. Pearson. Education do Brasil, 2002.

<>

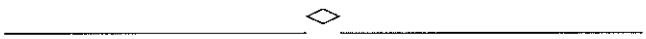
Matemática para Economia II		
Código	**Carga Horária**	**Pré-requisito**
IM 420	60h	Matemática para Economia I

Ementa: cálculo de funções de várias variáveis: limites e derivadas; introdução à otimização; integrais múltiplas; equações diferenciais e de diferenças: caso linear homogêneo de grau 1 e de grau 2.

Bibliografia Básica:
CHIANG, A.; WAINWRIGHT, K. Matemática para Economistas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
LEITHOLD, L. O Cálculo com Geometria Analítica – volume 1. São Paulo, editora Harbra, 1994.
SIMON, C.; BLUME, L. Matemática para Economistas. São Paulo: Bookman, 2004.

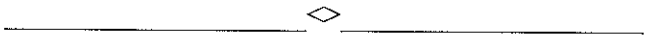
Bibliografia Complementar:
GUIDORIZZI, H. Um curso de Cálculo – Volume I. 6° Edição. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2018.
JACQUES, I. Matemática para Economia e Administração. São Paulo: Pearson, 2010.
STWEART, J. Cálculo – Volume I. 4° Edição. São Paulo: Cengage Learning, 2017.
THOMAS, G. B. Cálculo – Volume I. São Paulo: Ed. Pearson. Education do Brasil, 2002.
WEBER, J. Matemática para Economia e Administração, São Paulo: Harbra, 2001.

Matemática para Economia III		
Código	**Carga Horária**	**Pré-requisito**
IM 421	60h	–
Ementa: matrizes: tipos, operações, determinantes, inversão, eliminação gaussiana, sistemas lineares; espaços vetoriais reais; transformações lineares; autovalores e autovetores; diagonalização; produto interno.		
Bibliografia Básica: ANTOM, H. RORRES, C.; Álgebra Linear com Aplicações. Porto Alegre: Bookman, 2012. BOLDRINI, J. L. et ali. Álgebra Linear. São Paulo: Harbra, 1986. CALLIOLI, C. A. et ali. Álgebra Linear e Aplicações. Rio de Janeiro: Atual, 1990.		
Bibliografia Complementar: COELHO, F.; LOURENÇO, M. Um curso de Álgebra Linear. São Paulo: EDUSP, 2013. JUNIOR, L. Álgebra Linear para Ciências Econômicas, contáveis e da administração. São Paulo: Cengage Learning, 2010. LAY, D. Álgebra Linear e suas aplicações. São Paulo: LTC Editora, 2013. STRANG, G. Álgebra Linear e sua aplicações. São Paulo: Cengage Learning, 2010. STEINBRUCH, A.; WINTERLE, P. Álgebra Linear. São Paulo: Pearson, 1995.		



Estatística I		
Código	**Carga Horária**	**Pré-requisito**
IM 423	60h	Matemática para Economia II
Ementa: matemática: conjuntos, análise combinatória e somatórios notáveis; teoria de probabilidades: conceitos básicos e axiomas de probabilidades, probabilidade condicional, eventos independentes, teorema da probabilidade total e teorema de Bayes, variáveis aleatórias discretas e contínuas, funções de distribuição e de densidade, valor esperado, variância e demais momentos, funções geratrizes de momentos, funções de variáveis aleatórias, Bernoulli, binomial, geométrica, Pascal, hipergeométrica, poisson, uniforme, exponencial, Erlang, gama, beta, normal, qui-quadrada.		

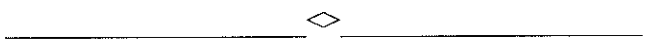
Bibliografia Básica: BUSSAB, W.; MORETTIN, P. Estatística Básica. 9º Edição. Rio de Janeiro: Saraiva, 2017. MEYER, P. L. Probabilidade: Aplicações à Estatística. Rio de Janeiro, LTC, 2000. LARSON, H. J. Introduction to probability theory and statistical inference. New York, Hohn Wiley and Sons, 1982.
Bibliografia Complementar: ANDERSON, A.; WILLIAMS, T.; SWEENEY, D. Estatística Aplicada à Administração e Economia. São Paulo: Cengage Learning, 2013. DANTAS, C. Probabilidade. Um Curso Introdutório. São Paulo: EDUSP, 2013. MAGALHÃES, M.; LIMA, A. Noções de Probabilidade e Estatística. São Paulo: EDUSP, 2013. MORETTIN, L. Estatística Básica: probabilidade e inferência. Volume Único. São Paulo: Pearson, 2012. NOTZ, W.; MOORE, D.; FLIGNER, M. A Estatística Básica e sua Prática. 6º Edição. São Paulo: LTC Editora, 2014.



Estatística II		
Código	**Carga Horária**	**Pré-requisito**
IM 424	60h	Estatística I
Ementa: variáveis aleatórias de distribuição conjunta: vetores aleatórios, distribuições condicionais, independência, valor esperado e momentos, somas de variáveis aleatórias, desigualdade de Chebyshev, lei dos grandes números, teorema do limite central, distribuição multinomial, normal bivariada, t e F; estatística descritiva e análise de dados: média, mediana, moda, quartis, percentis, distância entre quartis, desvio-padrão, histograma, box-plot; inferência estatística: estimação pontual, propriedades de estimadores, intervalos de confiança, testes de hipóteses; noções de mínimos quadrados: a reta de regressão.		
Bibliografia Básica: BUSSAB, W.; MORETTIN, P. Estatística Básica. 9º Edição. Rio de Janeiro: Saraiva, 2017. MEYER, P. L. Probabilidade: Aplicações à Estatística. Rio de Janeiro, LTC, 2000. LARSON, H. J. Introduction to probability theory and statistical inference. New York, Hohn Wiley and Sons, 1982.		

Bibliografia Complementar:

ANDERSON, A.; WILLIAMS, T.; SWEENEY, D. Estatística Aplicada à Administração e Economia. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
DANTAS, C. Probabilidade. Um Curso Introdutório. São Paulo: EDUSP, 2013.
MAGALHÃES, M.; LIMA, A. Noções de Probabilidade e Estatística. São Paulo: EDUSP, 2013.
MORETTIN, L. Estatística Básica: probabilidade e inferência. Volume Único. São Paulo: Pearson, 2012.
NOTZ, W.; MOORE, D.; FLIGNER, M. A Estatística Básica e sua Prática. 6° Edição. São Paulo: LTC Editora, 2014.



Econometria I		
Código	**Carga Horária**	**Pré-requisito**
IM XXX	60h	Matemática para Economia III Estatística II

Ementa: o modelo de regressão linear simples e múltipla; violações e soluções das hipóteses do método mínimos quadrados ordinários; comparação entre modelos lineares e não-lineares: estimação por máxima verossimilhança com modelo linear e não linear e propriedades dos estimadores de máxima verossimilhança; tópicos de equações simultâneas: modelos de equações simultâneas; identificação e mínimos quadrados em dois estágios.

Bibliografia Básica:

PINDYCK,R.; RUBINFELD, D. Econometria – Modelos e Previsões. 4° Edição. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.
GUJARATTI, D. Econometria Básica. 4° Edição. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2006.
WOOLDRIDGE, J. Introdução à Econometria: Uma abordagem moderna. 3° Edição. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

Bibliografia Complementar:

JOHNSTON, J.; DINARDO, J.Econometric Methods. 4th edition. MacGraw-Hill. 2004.
KMENTA, J. Elementos de Econometria: teoria econométrica básica – volume 2. São Paulo: Atlas, 1994.
RAMANATHAN, R. Statistcal Methods in Econometrics. San Diego (Ca): Academic Press, 1993.
STOCK, J.; WATSON, M. Econometria. São Paulo: Pearson. 2004.
TIRYAKI, G.; ANDRADE, C. Econometria na prática. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.

Economia Política I		
Código	**Carga Horária**	**Pré-requisito**
IM XXX	60h	–

Ementa: as origens da Economia Política Clássica; mercantilismo e a formação dos Estados Nacionais; o pensamento Fisiocrata; valor, distribuição e acumulação na Economia Política Clássica; os fundamentos das teorias de Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus; John Stuart Mill e a crise da Economia Política Clássica.

Bibliografia Básica:

HUNT, E. K. História do Pensamento Econômico. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2005.
RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação. São Paulo: Abril Cultural. Coleção Os Economistas, 1992.
SMITH, Adam. A Riqueza das nações; investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural. Coleção Os Economistas, 1985.

Bibliografia Complementar:

CARNEIRO, Ricardo. Os Clássicos da Economia. São Paulo: Ática, v. 1 e 2, 2004.
NAPOLEONI, Cláudio. Smith, Ricardo, Marx. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
DOBB, Maurice. Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith. Lisboa: Presença, 1977.
MALTHUS, Thomas. Princípios de Economia Política e Considerações sobre sua Aplicação Prática. Ensaio sobre a População. (Os Economistas), São Paulo: Abril Cultural, 1983.
COUTINHO, Maurício Chalfin. Lições de economia política clássica. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.
MILL, John Stuart. (1996). Princípios de Economia Política. Com Algumas de suas Aplicações à Filosofia Social. (Os Economistas), Nova Cultural, 1996.

Economia Política II		
Código	**Carga Horária**	**Pré-requisito**
IM XXX	60h	Economia Política I

Ementa: objetivos e estrutura de *O Capital*; mercadoria e dinheiro: a mercadoria e sua circulação; a transformação do dinheiro em capital: a origem do mais-valor; a produção do mais-valor absoluto: trabalho, elementos do capital, grau de exploração e jornada de trabalho; a produção do mais-valor relativo: cooperação, divisão do trabalho e maquinaria; o salário: transformação do valor da força de trabalho em salário; o processo de acumulação de capital: reprodução simples, reprodução ampliada e lei geral da acumulação capitalista.

Bibliografia Básica:

MARX, K. O Capital: crítica da economia política, Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
_____. O capital: Crítica da economia política, livro II. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
_____. O capital: Crítica da economia política, livro III. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

Bibliografia Complementar:

DUAYER, M.; MEDEIROS, J. L. "Marx estranhamento e emancipação: O caráter subordinado da categoria da exploração na análise marxiana da sociedade do capital". In: MIRANDA, F.; MONFARDINI, R (Orgs.). Ontologia e estética (Coleção NIEP-Marx, v.2). 1ª. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015b.
DUSSEL, H. A produção teórica de Marx: Um comentário aos Grundrisse. 2ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
EAGLETON, T. Marx estava certo. 1ª. d. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
MANDEL, E. A formação do pensamento econômico de Karl Marx: De 1843 até a redação de O capital. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
ROSDOLSKY, R. Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx. 1ª. ed. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2001.

Conteúdos de Formação Histórica (mínimo de 10% da carga horária total):

Os conteúdos de formação histórica fornecem ao discente a substância para uma reflexão organizada e comparativa da realidade. Fazem parte desse conteúdo: (i) a teoria econômica em perspectiva histórica (História do Pensamento Econômico, correspondente a 60 horas) e (ii) a análise histórica da realidade econômica do Brasil e do mundo (História Econômica Geral, Formação Econômica do Brasil, Economia Brasileira 1 e 2 e Desenvolvimento Socioeconômico, totalizando 300 horas).

O total de 360 horas de atividades associadas aos Conteúdos de Formação Histórica corresponde a aproximadamente 12% da carga horária total do curso, estando de acordo com o mínimo de 10% estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Ementário:

História do Pensamento Econômico		
Código	**Carga Horária**	**Pré-requisito**
IM XXX	60h	Economia Política II
Ementa: A "Revolução Marginalista": precursores, elementos centrais e consequências; elementos teóricos centrais do pensamento neoclássico; a construção da ortodoxia econômica ao longo do século XX; as críticas ao programa neoclássico; as principais correntes heterodoxas ao longo do século XX; o panorama da ciência econômica no início do século XXI.		
Bibliografia Básica: CARNEIRO, R. (org.) Os clássicos da economia, vol. 2. São Paulo: Ática, 1997. NAPOLEONI, C. O pensamento econômico do século XX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. HUNT, E. K. História do Pensamento Econômico. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2005.		
Bibliografia Complementar: SCREPANTI, E. & ZAMAGNI, S. Panorama de historia del pensamiento económico. Barcelona: Editorial Ariel, 1997. CORECON. Escolas da Macroeconomia. Rio de Janeiro: Albatroz, 2015. HEILBRONER, Robert L. A História Do Pensamento Econômico. Editora Nova Cultural Ltda., 1996. GALBRAITH, J. K. O pensamento econômico em perspectiva. Uma história crítica. São Paulo: Pioneira, 1989. RIMA, I. H. História do pensamento econômico. São Paulo: Atlas, 1977.		

História Econômica Geral		
Código	**Carga Horária**	**Pré-requisito**
IM XXX	60h	–
Ementa: Transição do feudalismo ao capitalismo na Europa. Expansão comercial europeia, mercantilismo e sistema colonial. A Revolução Industrial Inglesa do século 18: da indústria têxtil às ferrovias. A Grande Depressão do século 19 e a segunda Revolução Industrial nos EUA. Primeira Guerra Mundial e o Imperialismo. A Revolução Russa de 1917 e o planejamento econômico. A economia capitalista no entre guerras: crise de 1929 e grande depressão da década de 1930. Segunda Guerra Mundial e a transição hegemônica entre Inglaterra e EUA. Bretton Woods, Guerra Fria e os anos de ouro do capitalismo 1945–1973. Crise da hegemonia dos EUA e a economia internacional na década de 1970. O neoliberalismo e a ascensão da China na economia mundial.		

Bibliografia Básica:

ARRIGHI, Giovanni. O Longo Século XX. Rio de Janeiro, Contraponto; São Paulo, UNESP, 1996.
HOBSBAWM, E. J. A Era dos extremos. O Breve século XX: 1914-1991. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
LANDES, D. S. Prometeu Desacorrentado. Rio de Janeiro, editora Campus, 2005.

Bibliografia Complementar:

FIORI, J.L. (org.) Estados e Moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
FIORI, José Luís. O Poder Americano. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
HOBSBAWM, E. J. A era das revoluções: Europa 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
HOBSBAWM, E. J. A era dos impérios – 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
HOBSBAWM, E. J. A era do capital. 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
MARX, Karl. O Capital. Crítica da economia política, Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
MOORE Jr., B. As origens sociais da ditadura e da democracia. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

◇

Formação Econômica do Brasil		
Código	**Carga Horária**	**Pré-requisito**
IM XXX	60h	–

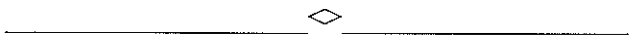
Ementa: O debate da herança colonial: grandes interpretações sobre a formação econômica brasileira. Formação do espaço econômico no período colonial: produção açucareira, pecuária, mineração. A crise da economia colonial. A economia do período imperial no século XIX. O fim do império e a economia brasileira na passagem do século. Exportação cafeeira e desenvolvimento industrial na primeira República.

Bibliografia Básica:

FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. Editora Nacional, 2003.
PRADO Jr., C. História Econômica do Brasil. São Paulo, editora Brasiliense, 1976.
HOLANDA, S. B. de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Bibliografia Complementar:

FAUSTO, B. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2003
FREYRE, G. Casa Grande e Senzala. São Paulo: Global, 2005.
MELO, J. M. C. de. O Capitalismo Tardio. São Paulo, editora Brasiliense, 1982.
NOVAIS, F. Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial. São Paulo: Brasiliense, 1998
PRADO Jr, Caio. Evolução Política do Brasil – colônia e império. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
_____. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.
REGO, J. M.; MARQUES, R. M. (org.) Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2003.
RIBEIRO, Darcy. Teoria do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.



Economia Brasileira I		
Código	**Carga Horária**	**Pré-requisito**
IM XXX	60h	Formação Econômica do Brasil

Ementa: O Brasil no período entre guerras: crescimento e estagnação nos anos 1920; a crise de 1929. A economia brasileira no período 1930-1945: reorientação da política econômica; a constituição do Estado desenvolvimentista; relações internacionais; avanço da industrialização. Desenvolvimento no II pós-guerra (1945-1964): o debate sobre industrialização e estabilização; substituição de importações; relações internacionais; mudanças e problemas estruturais. O golpe de 1964 e a economia brasileira: PAEG, "milagre econômico" e II PND.

Bibliografia Básica:

GIAMBIAGI, F. Et Al. Economia Brasileira Contemporânea [1945-2010]. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
TAVARES, M. Da C. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: ensaios sobre Economia Brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
OLIVEIRA, F. de. Crítica à razão dualista: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

Bibliografia Complementar:

ABREU, M. P. (org.). A Ordem do Progresso - cem anos de política econômica republicana (1889-1989). Rio de Janeiro: Campus, 1989.
FAUSTO, B. (org.) História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, O Brasil Republicano, Volume 11, Economia e Cultura (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 2003.
GREMAUD, A. P., et al. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Atlas, 1997.
IANNI, O. Estado e Planejamento Econômico no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010.
MELO, J. M. C. de. O Capitalismo Tardio. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

Economia Brasileira II		
Código	**Carga Horária**	**Pré-requisito**
IM XXX	60h	Economia Brasileira I
Ementa: O Brasil na década de 1980: crise externa, políticas econômicas de ajuste e planos de estabilização. A definição de estratégias na economia brasileira nos anos 1990: abertura, redefinição do papel do Estado e políticas de estabilização. Anos 2000: dilemas atuais.		
Bibliografia Básica: ABREU, M. P. (Org.) A Ordem do Progresso – Cem anos de política econômica Republicana (1889-1989). Rio de Janeiro, Campus, 1989. CARNEIRO, R. Desenvolvimento em Crise – A Economia Brasileira no último quarto do Século XX. São Paulo, Editora UNESP, IE – Unicamp, 2002. GIAMBIAGI, F. et. al. Economia Brasileira Contemporânea [1945-2010]. Rio de Janeiro. Elsevier, 2011.		
Bibliografia Complementar: BAER, W. A economia brasileira. São Paulo: Nobel. 1996. BELLUZO, L. G. M. e COUTINHO, R. (org.) Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. v. 1 e v. 2, Campinas: Editora da UNICAMP, 1999. CASTRO, A.B. e SOUZA, F.E.P. A Economia Brasileira em Marcha Forçada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. GREMAUD, A. P., SAES, D. A. M. e TONETO JR., R. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Atlas, 1997. KON, A. Planejamento no Brasil. São Paulo, Editora Perspectiva, 1999. MERCADANTE, A. (org.) O Brasil Pós-Real. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999. TAVARES, M. C. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro, Editora Zahar, 1972.		

Desenvolvimento Socioeconômico		
Código	**Carga Horária**	**Pré-requisito**
IM XXX	60h	Economia Brasileira II

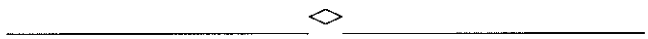
Ementa: Conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento. Desenvolvimento da economia mundial do pós-guerra e influências na América Latina. Teorias de desenvolvimento econômico. Teoria da CEPAL sobre o desenvolvimento na periferia. Contribuições recentes à teoria do desenvolvimento na periferia.
Bibliografia Básica: BIELSCHOWSKY, R. (org.) Cinqüenta Anos de Pensamento da CEPAL - Volumes I e II. São Paulo: Editora Record, 2000. CHANG, H-J. Chutando a Escada: A Estratégia do Desenvolvimento em perspectiva Histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004. MANTEGA. G. Modelos de Crescimento e Teoria do Desenvolvimento. Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP. Relatório de Pesquisa no 3, 54 páginas, 1998.
Bibliografia Complementar: ACEMOGLU, D & ROBINSON, J. Why nations fail: the origins of power, prosperity and poverty. Nova York: Gown Publishers, 2012. CARDOSO, F. H. As idéias e seu lugar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. FIORI, J.L. e TAVARES, M.C. (org.) Poder e Dinheiro: Uma Economia Política da Globalização. Petrópolis: Editora Vozes, 1997. NAYYAR, Deepak. A corrida pelo crescimento: países em desenvolvimento na economia mundial. Rio de Janeiro: Contraponto. 2014. 320 p. NORTH, D Institutional Change and Economic Growth. The Journal of Economic History. Vol. 31, No. 1, The Tasks of Economic History (Mar., 1971), pp. 118-125. REINERT, E. Como os países ricos ficaram ricos... e por que os países pobres continuam pobres. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2016. SALUDJAN, A. La inserción mundial de America Latina en las teorías de la Cepal: una confrontación entre estructuralismo y neoestructuralismo Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 5-30, maio 2006. SANTOS, T. Por uma bibliografia sobre a teoria da dependência. ESTUDOS AVANÇADOS 12 (33), 1998.

Conteúdos Teórico-Práticos (mínimo de 10% da carga horária total):

O conteúdo de formação teórico-prático oferece ao discente o instrumental necessário para a elaboração do trabalho monográfico. Fazem parte desse conteúdo: (i) a formação em metodologia e técnicas de pesquisa em economia (Técnicas de Pesquisa e Metodologia Econômica, correspondente a 60 horas) e (ii) a realização obrigatória do trabalho final de curso (Monografia I e II, correspondente a 480 horas). os conteúdos teóricos-práticos totalizam 540 horas, o que corresponde a aproximadamente 18% da carga horária total do curso, respeitando as exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais.

Ementário:

Técnicas de Pesquisa e Metodologia Econômica		
Código	**Carga Horária**	**Pré-requisito**
IM XXX	60h	História do Pensamento Econômico
Ementa: O problema da filosofia da ciência; argumentação; tradição positivista; falsificacionismo Popperiano; paradigmas Kuhnianos; economia positiva e normativa; instrumentalismo; forma e conteúdo da monografia; elaboração do projeto de pesquisa; pesquisa bibliográfica.		
Bibliografia Básica: KUHN, T. A Estrutura das Revoluções Científicas. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2007. POPPER, K. Conjecturas e Refutações: o progresso do conhecimento científico. Portugal: Almedina, 2006. SAMUELSON, P. Fundamentos da Análise Econômica. São Paulo: Nova Cultural, 1988.		
Bibliografia Complementar: BLAUG, M. Metodologia da Economia. São Paulo: Edusp, 1993. CHALMERS, A. O que é a ciência afinal? São Paulo: Editora Brasiliense, 1993. LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (org.) A crítica e o desenvolvimento do conhecimento. São Paulo: Cultrix, 1979. REGO, J. Conversas com Economistas Brasileiros. São Paulo: Editora 34, 1996. SEN, A. Sobre Ética e Economia. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.		



Elaboração de Projeto I		
Atividade Acadêmica Coletiva		
Código	**Carga Horária**	**Pré-requisito**
AA XXX	60h	Técnicas de Pesquisa e Metodologia Econômica
Objetivo: iniciar a pesquisa monográfica e a leitura preliminar de textos relacionados ao tema da monografia.		
Orientação: Professor do corpo docente do curso de Ciências Econômicas.		
Método de Avaliação: O discente deve entregar um trabalho escrito a critério do orientador, bem como indicar o nome do professor orientador escolhido nesta fase de elaboração do projeto.		

Elaboração de Projeto II		
Atividade Acadêmica Coletiva		
Código	**Carga Horária**	**Pré-requisito**
AA XXX	60h	Técnicas de Pesquisa e Metodologia Econômica
Objetivo: aprofundar a pesquisa monográfica iniciada em Elaboração de Projeto I, bem como a leitura e interpretação dos textos e definir a estrutura do projeto de monografia.		
Orientação: Professor do corpo docente do curso de Ciências Econômicas.		
Método de Avaliação: O discente deve entregar ao orientador o projeto de monografia, bem como indicar o nome do professor orientador escolhido nessa fase de elaboração do projeto.		

Monografia I		
Atividade Acadêmica Individual		
Código	**Carga Horária**	**Pré-requisito**
AA XXX	180h	Elaboração de Projeto I Elaboração de Projeto II
Objetivo: pesquisa monográfica; elaboração e revisão de texto acadêmico; construção da estrutura e do argumento da monografia.		
Orientação: Responsabilidade do professor orientador da monografia.		
Método de Avaliação: O discente deve entregar ao orientador a estrutura, o argumento da monografia e, a critério do orientador, um capítulo completo do trabalho.		

Monografia II		
Atividade Acadêmica Individual		
Código	**Carga Horária**	**Pré-requisito**
AA XXX	180h	Elaboração de Projeto I Elaboração de Projeto II
Objetivo: formatação e construção final do texto monográfico.		
Orientação: Responsabilidade do professor orientador da monografia.		
Método de Avaliação: O discente deve entregar a monografia para uma banca formada por três professores e presidida pelo orientador (detalhes no item V).		

Sobre o Mínimo de 50% da Carga Horária Total do Curso Direcionados aos Conteúdos Supracitados:

O total de 2400 horas de atividades associadas aos conteúdos: (i) Formação Geral (360 horas), (ii) Formação Teórico-Quantitativa (1140 horas), (iii) Formação Histórica (360 horas) e (iv) Formação Teórico-Práticos (540 horas) corresponde a aproximadamente 78% da carga horária total do curso, estando de acordo com o mínimo de 50% estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

As disciplinas revisadas no atual PPC apresentam equivalência completa com as disciplinas da estrutura curricular anterior. Segue abaixo o quadro II com as respectivas equivalências.

QUADRO II - EQUIVALÊNCIA DE CÓDIGOS E RESPECTIVAS DISCIPLINAS ENTRE ESTRUTURAS CURRICULARES 2010 E 2019

Estrutura Curricular 2010		Estrutura Curricular 2019	
Código	**Disciplinas**	**Código**	**Disciplinas**
IM 281	Introdução à Economia	IM XXX	Introdução à Economia
IM 209	Macroeconomia I	IM XXX	Macroeconomia I
IM 216	Macroeconomia II	IM XXX	Macroeconomia II
IM 210	Macroeconomia III	IM XXX	Macroeconomia III
IM 236	Macroeconomia IV	IM XXX	Macroeconomia IV
IM 282	Microeconomia I	IM XXX	Microeconomia I
IM 217	Microeconomia II	IM XXX	Microeconomia II
IM 229	Microeconomia III	IM XXX	Microeconomia III
IM 239	Econometria I	IM XXX	Econometria I
IM 233	Economia Industrial	IM XXX	Economia Industrial
IM 283	Economia Política I	IM XXX	Economia Política I
IM 284	Economia Política II	IM XXX	Economia Política II
IM 237	Economia Internacional I	IM XXX	Economia Internacional I
IM 231	Economia Monetária I	IM XXX	Economia Monetária I
IM 241	Economia do Setor Público	IM XXX	Economia do Setor Público
IM 285	História do Pensamento Econômico	IM XXX	História do Pensamento Econômico
IM 218	Histórica Econômica Geral II	IM XXX	Histórica Econômica Geral
IM 230	Formação Econômica do Brasil	IM XXX	Formação Econômica do Brasil
IM 234	Economia Brasileira I	IM XXX	Economia Brasileira I
IM 238	Economia Brasileira II	IM XXX	Economia Brasileira II
IM 242	Desenvolvimento Socioeconômico	IM XXX	Desenvolvimento Socioeconômico
IM 243	Técnicas de Pesquisa e Metodologia Econômica	IM XXX	Técnicas de Pesquisa e Metodologia Econômica
IM 244	Monografia	AA XXX	Monografia II

III. 3 – CARGA HORÁRIA

Como discutido anteriormente, o conteúdo obrigatório do curso corresponde a 2400 horas de atividades ou aproximadamente 78% da carga horária total do curso, equivalente a 3080 horas. A diferença (680 horas) é distribuída entre as atividades complementares (200 horas, ver item III.6) e as disciplinas optativas (480 horas ou o equivalente a 8 disciplinas). Essa distribuição está de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais que exigem no mínimo 50% da carga horária para os conteúdos obrigatórios e, portanto, permite que até 50% do curso seja utilizado para atender seus "projetos pedagógicos, paradigmas teóricos referenciais e peculiaridades regionais" (RES nº 4, de 13/07/2007, art. 5, parágrafo único).

QUADRO III – CARGA HORÁRIA DOS CONTEÚDOS OBRIGATÓRIOS E OPTATIVOS

Conteúdo	Carga Horária (horas)	% aproximada do total
Conteúdo obrigatório	2400	78%
Conteúdo optativo	480	16%
Atividades Complementares	200	6%
Total	3080	100%

Nesse sentido, os discentes devem cumprir 16% da carga horária total (ou 480 horas) com disciplinas optativas oferecidas pelo Departamento de Ciências Econômicas ou por outros Departamentos do Instituto Multidisciplinar, previamente aprovadas como pertencentes à grade e com a devida disponibilidade. Novas disciplinas optativas são frequentemente criadas pelos professores do Departamento de Ciências Econômicas com o intuito de atender os novos desafios de seus campos de estudo e as demandas da própria realidade econômica e social.

III. 4 – SUGESTÃO DE FLUXO CIRCULAR

QUADRO IV – DISCIPLINAS POR PERÍODO LETIVO

1º Período			
Código	Disciplinas	CH	Pré-requisito
IM 453	Matemática para Economia I	60	–
IM 307	Contabilidade Geral	60	–
IM XXX	Introdução à Economia	60	–
IM 301	Introdução à Administração	60	–
IM 226	Introdução à Sociologia	60	–
		300	
2º Período			
IM 420	Matemática para Economia II	60	Matemática para Economia I
IM XXX	História Econômica Geral	60	–
IM XXX	Economia Política I	60	–
IM XXX	Macroeconomia I	60	Introdução à Economia
IM XXX	Microeconomia I	60	Introdução à Economia / Matemática para Economia I
		300	
3º Período			
IM 421	Matemática para a Economia III	60	–
IM XXX	Formação Econômica do Brasil	60	–
IM XXX	Economia Política II	60	Economia Política I
IM XXX	Macroeconomia II	60	Macroeconomia I
IM XXX	Microeconomia II	60	Microeconomia I
		300	
4º Período			
IM 423	Estatística I	60	Matemática para Economia II
IM XXX	Economia Brasileira I	60	Formação Econômica do Brasil
IM XXX	História do Pensamento Econômico	60	Economia Política II
IM XXX	Macroeconomia III	60	Macroeconomia II
IM XXX	Microeconomia III	60	Microeconomia II

		300	
5º Período			
IM 424	Estatística II	60	Estatística I
IM XXX	Economia Brasileira II	60	Economia Brasileira I
IM XXX	Economia Monetária I	60	Macroeconomia I
IM XXX	Macroeconomia IV	60	Macroeconomia III
IM XXX	Economia Industrial	60	Microeconomia II
		300	
6º Período			
IM XXX	Econometria I	60	Matemática para Economia III / Estatística II
IM XXX	Desenvolvimento Socioeconômico	60	Economia Brasileira II
IM XXX	Técnicas de Pesquisa e Metodologia Econômica	60	História do Pensamento Econômico
IM XXX	Economia do Setor Público	60	Macroeconomia I
IM XXX	Economia Internacional I	60	Microeconomia III / Macroeconomia II
		300	
7º Período			
	Disciplina Optativa I	60	–
	Disciplina Optativa II	60	–
	Disciplina Optativa III	60	–
	Disciplina Optativa IV	60	–
AA XXX	Elaboração de Projeto I	60	Técnicas de Pesquisa e Metodologia Econômica
		300	
8º Período			
	Disciplina Optativa V	60	–
	Disciplina Optativa VI	60	–
	Disciplina Optativa VII	60	–
	Disciplina Optativa VIII	60	–
AA XXX	Elaboração de Projeto II	60	Técnicas de Pesquisa e Metodologia Econômica
		300	

9º Período			
IM 309	Direito	60	–
IM 147	Filosofia e Ética nas Organizações	60	–
AA XXX	Monografia I	180	Elaboração de Projeto I Elaboração de Projeto II
		300	
10º Período			
AA XXX	Monografia II	180	Elaboração de Projeto I Elaboração de Projeto II
		180	

As mudanças realizadas no fluxo circular (disciplinas por período letivo):

A. Alteração para o mínimo sugerido de 10 semestres

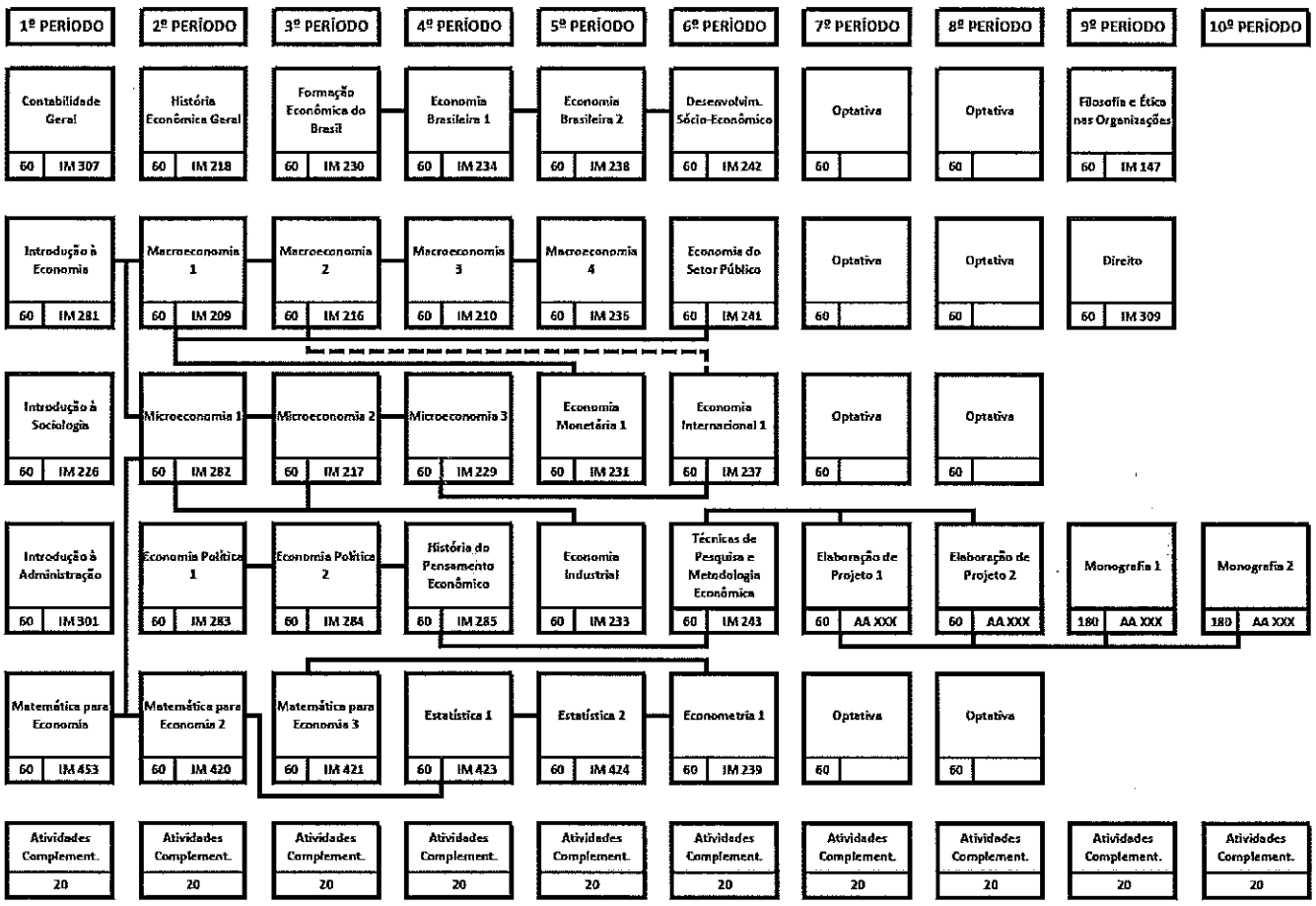
O colegiado de ciências econômicas avaliou que o curso, por ser realizado em apenas um único turno (noturno), exige que as disciplinas sejam melhor distribuídas no tempo, dado que há um limite de cinco disciplinas presenciais que o aluno pode cursar por semestre. O colegiado verificou que os alunos, por conta desta realidade, já se formam, em sua maioria, num período mínimo de cinco anos e, portanto, a alteração visa adequar o projeto pedagógico a esse fato.

B. Disciplinas optativas no 7º e 8º semestres

O colegiado de ciências econômicas concluiu que há um ganho significativo de flexibilidade na oferta e na montagem da grade pelos estudantes se as disciplinas optativas forem oferecidas em semestres específicos, sem a presença de disciplinas obrigatórias, em especial de outros departamentos cuja disponibilidade não é controlada pelo departamento de ciências econômicas (DPCE). Assim, o colegiado decidiu por redistribuir as disciplinas optativas no 7º e 8º períodos e alocar as disciplinas de Direito (IM 309) e Filosofia e Ética nas Organizações (IM 147) no 9º período, assim como as disciplinas de Economia do Setor Público (IM 241) e Desenvolvimento Socioeconômico (IM 242) no 6º período. A concentração das disciplinas optativas no 7º e no 8º períodos oferecerá aos alunos desperiodizados maior liberdade de definição da sua grade horária, uma vez que poderão combinar disciplinas obrigatórias e optativas, evitando o choque de horário entre disciplinas obrigatórias. Vale ressaltar que o curso de Ciências Econômicas do IM recebe estudantes de baixa renda, que moram, em sua maioria, na baixada fluminense e que precisam

trabalhar para custear os gastos requeridos de uma formação superior, ainda que pública e gratuita. Geralmente esses alunos perdem muito tempo no transporte entre trabalho e o Campus de Nova Iguaçu, visto que boa parte do mercado de trabalho qualificado situa-se principalmente na cidade do Rio de Janeiro. Diante do perfil desses estudantes, o núcleo estruturante avaliou que a flexibilidade na montagem da grade horária dos estudantes, oferecida pela concentração das disciplinas optativas no 7° e no 8° períodos, constribuirá na redução da retenção e da evasão registradas pelo curso ao passo que contribuirá na redução dos choques de horário entre as disciplinas obrigatórias.

III. 5 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA SUGESTÃO DE FLUXO CIRCULAR



III. 6 – ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Conforme deliberação CEPE/UFRRJ n° 78, de 05 de outubro de 2007, "são consideradas Atividades Complementares, todas as atividades de natureza acadêmica, científica, artística e cultural que buscam a integração entre a graduação, a pesquisa e a extensão e que não estão compreendidas nas práticas pedagógicas previstas no desenvolvimento regular das disciplinas

obrigatórias ou optativas do currículo pleno. Desta forma, representam um instrumento válido para o aprimoramento da formação básica, constituindo elementos enriquecedores e implementadores do próprio perfil do profissional e da formação cidadã".

As Atividades Complementares são escolhidas pelo discente e realizadas ao longo do curso em qualquer época. A classificação das Atividades Complementares é feita a partir da deliberação supracitada, de outubro de 2007. A sua validação e registro é realizada mediante certificação apresentada e a observância das normas presentes na deliberação.

III. 7 – CONTEÚDOS CURRICULARES OBRIGATÓRIOS:

A. Libras: em acordo com o Artigo 3° e seus incisos, Decreto n° 5.626, de 22 de dezembro de 2005, o componente curricular Libras consta na lista das disciplinas optativas do curso de Ciências Econômicas.

B. Estudos referentes à temática das relações etnicorraciais: é contemplado na disciplina de Filosofia e Ética nas Organizações (IM 147) e de forma transversal nos temas discutidos nas disciplinas do eixo de Formação Histórica.

C. Educação em Direitos Humanos: é contemplado na disciplina de Filosofia e Ética nas Organizações (IM 147) e de forma transversal nos temas discutidos nas disciplinas do eixo de Formação Histórica.

D. Políticas de Educação Ambiental: Há disciplinas optativas específicas sobre política ambiental (ver item III. 3), além da transversalidade nas disciplinas do eixo de Formação Histórica e Economia Política.

E. Atividades Extensionistas: O corpo discente é estimulado a participar das atividades de extensão promovidas pelo corpo docente do Departamento de Ciências Econômicas e pelas demais instituições da Universidade. Algumas dessas atividades são rotineiramente realizadas e contam com a participação do corpo discente, a saber: (i) palestra de aula inaugural; (ii) atividades da semana de integração de economia; (iii) atividades da semana acadêmica de economia; (iv) atividades realizadas pelo Diretório Acadêmico de Economia (DACE); (v) aulas de campo e (vi) cinedebates.

IV – POLÍTICA E GESTÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO

O curso de Ciências Econômicas não possui o estágio como componente curricular obrigatório. O estágio é, portanto, considerado um componente opcional da formação do bacharel em Ciências Econômicas, conforme consta nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Os discentes que optam pela realização do estágio estão submetidos aos parâmetros da lei nº 11788 de 25 de setembro de 2008. Em acordo com a deliberação nº 21 do CEPE/UFRRJ de 19 de abril de 2011, os alunos que exercem o estágio não obrigatório podem computar a respectiva carga horária como atividade complementar, seguindo as normas estabelecidas na deliberação nº 78 do CEPE/UFRRJ de 05 de outubro de 2007.

A Divisão de Estágios (DEST) da UFRRJ, unidade administrativa de caráter acadêmico ligada à Pró-reitoria de Graduação (PROGAD), possui como funções controlar, cadastrar, formalizar e organizar todos os estágios dos estudantes da UFRRJ. Fica a cargo da coordenação do curso orientar os estudantes quanto aos aspectos acadêmicos e profissionais do estágio, assim como dirimir eventuais dúvidas.

V – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O desenvolvimento de trabalho de conclusão de curso é uma das condições exigidas para a obtenção do diploma de bacharel em Ciências Econômicas, estando seu caráter obrigatório em consonância com o que exigem as Diretrizes Curriculares Nacionais.

O trabalho de conclusão de curso consiste em uma monografia, na forma de um opúsculo ou de um artigo científico, respeitadas as normas da ABNT. A monografia não precisa propor tese inédita sobre temas das Ciências Econômicas, mas deve ser derivada de sólido esforço de pesquisa e leitura e estar associada a temas das Ciências Econômicas, seja histórico, teórico ou de análise empírica de questões regionais, brasileiras ou internacionais.

Segundo o Parecer CNE/CES Nº 95/2007, a monografia é "o momento de síntese em que o aluno tem a oportunidade de reunir na sua estrutura cognitiva os grandes temas, as grandes questões que foram debatidas no curso. É o momento em que os conhecimentos adquiridos são reunidos, inter-relacionados e também o momento de aplicação de conhecimentos teóricos no estudo de um objeto concreto da realidade econômica escolhido pelo próprio aluno."

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais, a monografia é um trabalho individual que possui as seguintes características: (i) deve ser orientada por um professor; (ii) ter o formato

mínimo de um artigo, obedecendo às normas técnicas vigentes para efeito de publicação de trabalhos científicos; (iii) preferencialmente deve versar sobre questões objetivas, baseando-se em bibliografia e dados secundários de fácil acesso; (iv) pode envolver projetos de atividades centrados em determinada área tétrico-prática ou de formação profissional do curso, que reúna e consolide as experiências em atividades complementares, em consonância com os conteúdos teóricos aprendidos.

O primeiro passo na construção do trabalho monográfico dos estudantes do Curso de Ciências Econômicas do IM acontece no sexto período, com a disciplina Técnicas de Pesquisa e Metodologia Econômica (TPME - IM XXX). Em TPME os estudantes aprendem a estrutura e os elementos básicos de um projeto de pesquisa. Por se tratar de um conteúdo prático, um projeto de pesquisa simples deve ser apresentado como um dos requisitos para a aprovação na referida disciplina, constituindo-se no mínimo dos seguintes elementos: (i) tema; (ii) contextualização; (iii) objetivo central; (iv) objetivos secundários; (v) metodologia e (vi) bibliografia preliminar. O projeto construído em TPME será trabalhado posteriormente com o acompanhamento do professor orientador de monografia na atividade acadêmica "Elaboração de Projeto II".

Visando o desenvolvimento do trabalho monográfico de fato, a construção da monografia é distribuído em quatro etapas, nas quais o aluno contará com o acompanhamento e supervisão do professor orientador. Depois de concluir e obter aprovação em TPME, o estudante deve se inscrever na atividade acadêmica Elaboração de Projeto I (AA XXX, 60 horas). Neste componente acadêmico, o discente terá a responsabilidade de iniciar a pesquisa monográfica e a leitura preliminar de textos relacionados ao tema da monografia. Em seguida, na atividade acadêmica Elaboração de Projeto II (AA XXX, 60 horas), o estudante dará continuidade ao trabalho desenvolvido em Elaboração de Projeto I e deverá formalizar a estrutura do projeto de monografia que servirá de base para o trabalho monográfico final. Ainda em Elaboração de Projeto II, o estudante terá a oportunidade de adaptar, aprofundar e aperfeiçoar o projeto de pesquisa iniciado em TPME, agora com a supervisão e acompanhamento do professor orientador de monografia. Definida a estrutura do projeto de monografia, o estudante deverá aprofundar a pesquisa monográfica, iniciar a elaboração do texto acadêmico, bem como construir a estrutura e o argumento da monografia na atividade acadêmica Monografia I (AA XXX, 180 horas). Por fim, depois de completadas as três primeiras etapas de construção gradual do trabalho monográfico, sempre acompanhado da supervisão do professor orientador, o aluno segue para a atividade acadêmica Monografia II (AA XXX, 180 horas), na qual desenvolverá a versão definitiva do trabalho.

Para que a distribuição da construção da monografia em quatro etapas não resulte em elevação da taxa de retenção no curso de graduação, o núcleo docente estruturante avaliou que distribuir em blocos os pré-requisitos das atividades acadêmicas configura a melhor opção para o curso de Ciências Econômicas do IM. Dessa forma, a disciplina Técnicas de Pesquisa e Metodologia Econômica constitui-se como pré-requisito para as atividades acadêmicas Elaboração de Projeto I e Elaboração de Projeto II. Também em bloco, as atividades acadêmicas Elaboração de Projeto I e Elaboração de Projeto II configuram os pré-requisitos das atividades acadêmicas Monografia I e Monografia II.

O trabalho de conclusão de curso, apresentado na atividade acadêmica Monografia II (AA XXX, 180 horas), deve ser avaliado por uma banca constituída por no mínimo três professores, sendo: (i) o orientador; (ii) um professor do Departamento de Ciências Econômicas do Instituto Multidisciplinar; (iii) um mestre ou doutor em qualquer área relacionada à monografia, pertencente ou não ao Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, podendo ser professor, pesquisador ou profissional de empresa pública ou privada. A banca é presidida pelo professor orientador da monografia. A arguição oral é de caráter opcional, sendo a decisão pela realização da defesa do professor orientador da monografia. Caso opte-se pela não realização da arguição oral, cada professor componente da banca, com exceção do orientador, ficará responsável pela elaboração de um parecer escrito, que será entregue ao orientador e ao discente e ficará arquivado na coordenação do curso. O parecer emitirá uma das três avaliações: "aprovado", "reprovado" ou "aprovado com restrições". Caso um (ou mais) dos pareceres seja pela "reprovação", o aluno será reprovado em monografia II.

VI – METODOLOGIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O curso de Ciências Econômicas, por ter natureza eminentemente teórica, possui como metodologia de ensino-aprendizagem fundamental as exposições em sala de aula. O curso conta com uma alta carga de leitura e a seleção e o acompanhamento de tanto textos clássicos quanto didáticos é amplamente utilizada. É considerado essencial também o uso de métodos que desenvolvam a escrita do discente, como a elaboração de trabalhos, seminários, ensaios, entre outros. A natureza plural do curso também estimula a realização de debates e controvérsias entre autores, tradições e orientações teóricas distintas. Por fim, o uso responsável das tecnologias de informação e comunicação, seja as desenvolvidas dentro do âmbito da UFRRJ, como o Quiosque, sejam as plataformas digitais de uso amplo, como as redes sociais.

VI.1 – ATIVIDADES DE MONITORIA

A atividade de monitoria é considerada essencial tanto por oferecer ao discente monitor a oportunidade de desenvolver atividades pedagógicas quanto por representar um reforço bem vindo para os estudantes com dificuldade na respectiva disciplina. Atualmente, o Departamento de Ciências Econômicas conta com três bolsas de monitoria para as seguintes áreas: (i) Macroeconomia, (ii) Microeconomia e (iii) Formação Histórica. Essas disciplinas foram escolhidas por estarem no início do curso e apresentarem significativo grau de retenção. O colegiado do Departamento de Ciências Econômicas se compromete a avaliar regularmente a alocação das bolsas de monitoria em função dos critérios descritos. O corpo docente também estimula a realização de monitorias voluntárias, que atendem à outras disciplinas da grade.

VII – INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O Departamento de Ciências Econômicas conta com um corpo docente exclusivamente dedicado as atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. O pilar fundamental que orienta a Universidade pública é a integração entre esses três elementos. Essa integração ocorre, por exemplo, na realização de cursos voltados não apenas para a comunidade acadêmica mas para a sociedade brasileira – seja por recortes específicos ou em geral.

No que tange ao corpo discente, a integração entre ensino e pesquisa é estimulada na participação nos grupos de pesquisa, monitorias (ver item anterior) e em programas de iniciação científica, seja como bolsista ou voluntário. Com relação a integração com a extensão, os discentes são incentivados a formular e executar seus próprios projetos, que diminuem a distância entre a sociedade e a Universidade.

Por fim, vale destacar que diversos professores participam de programas de pós-graduação, o que cria um importante vínculo de pesquisa com a graduação. Os discentes são encorajados a participar das atividades da pós-graduação e considerar para si o caminho da pesquisa acadêmica. Por fim, acredita-se ainda que o conjunto de disciplinas optativas e a monografia ajudem a direcionar os estudantes na definição de seus perfis de pesquisa e extensão.

VIII – SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM

Conforme o Regimento da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Deliberação Nº 015, de 23 de março de 2012): "A avaliação dos discentes em cada disciplina é realizada por diferentes formas de verificação da aprendizagem estabelecidas pelo professor responsável no Plano de Desenvolvimento da Disciplina, respeitando a regulamentação do processo de avaliação do rendimento escolar estabelecida pelo CEPE."

A referida deliberação do CEPE estabelece os parâmetros gerais das avaliações (Deliberação Nº 128, de 03 de março de 1982 e revisada em 2009). Dentro desses parâmetros é facultado ao professor da disciplina estabelecer quais formas de avaliação julga adequadas. Os docentes, entretanto, devem respeitar os princípios norteadores do curso de Ciências Econômicas descritos neste projeto pedagógico (ver item II). A coordenação e o colegiado do curso devem acompanhar o sistema implementado de avaliação de ensino e aprendizagem.

IX – SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

O curso de Ciências Econômicas do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro adota avaliações internas e externas, de natureza sistemática e frequente. Dentre as avaliações internas, as mais importantes, sem prejuízo de outras, são:

(i) Avaliações no âmbito do Núcleo Docente Estruturante (NDE): conselho permanente cuja atividade principal é atuar "no processo de concepção, consolidação, *avaliação* e contínua atualização do projeto pedagógico do curso" (Minuta do Regimento da Graduação – Seção IV, grifo nosso). Assim, cabe ao NDE acompanhar e avaliar o presente projeto do curso.

(ii) Coordenação e Colegiado do Curso: Segundo o item IV da Seção III da Minuta do Regimento da Graduação, a Coordenação do Curso deve "supervisionar e avaliar o desenvolvimento do curso.". Igualmente, segundo a Seção IV do Regimento da Universidade, em seu artigo 76, o Colegiado do Curso deve "promover a avaliação do curso, em articulação com os objetivos e critérios institucionais." (Deliberação Nº 015, de 23 de março de 2012).

(iii) Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD): A Pró-reitoria de Graduação atua com políticas institucionais que visam avaliar internamente os cursos de graduação ou gerar informações que consubstanciem as avaliações do NDE, da coordenação e do colegiado do curso. Dentre estas destaca-se o programa de avaliação de disciplinas, via quiosque do aluno. Essa avaliação é realizada pelo corpo discente de forma voluntária e consiste num questionário específico sobre a atuação do professor na disciplina.

As instâncias internas de avaliação devem observar a recomendação de que o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) seja revisado no prazo de 5 (cinco) anos. Com relação aos mecanismos de avaliação externa, os mais importantes, sem prejuízo de outros, são:

(vi) ENADE: Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP): "O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação, em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências adquiridas em sua formação. O exame é obrigatório e a situação de regularidade do estudante no Exame deve constar em seu histórico escolar. A primeira aplicação do ENADE ocorreu em 2004 e a periodicidade máxima da avaliação é trienal para cada área do conhecimento." O ENADE oferece um relatório contendo resultados da avaliação e outras informações que auxiliam na apreciação do projeto do curso.

(v) A Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES): Instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de Abril de 2004, O CONAES é o órgão colegiado de coordenação e supervisão do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A CONAES possui como atribuição: "estabelecer diretrizes para organização e designação de comissões de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes."

X – INFRAESTRUTURA E RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS

O curso dispõe da estrutura oferecida pelo Instituto Multidisciplinar no Campus de Nova Iguaçu da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Isso inclui os seguintes componentes fundamentais: salas de aula, biblioteca, auditórios, espaços de convivência, banheiros, restaurante universitário, laboratório de informática, salas de professores, salas para grupos de pesquisa e extensão, sala comum dos centros e diretórios acadêmicos, secretarias e estacionamento. As salas de aula contam com recursos de multimídia e são em sua maioria climatizadas.

É importante salientar que no momento de elaboração deste projeto pedagógico o Campus de Nova Iguaçu da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro passa por um processo de urbanização e expansão. Com isso é possível a construção de quadras poliesportivas, novas salas de aulas, novas salas para grupos de pesquisa e extensão entre outros, a depender da decisão dos colegiados competentes.

Com relação aos recursos humanos, o Departamento de Ciências Econômicas (DPCE) conta com um total de 17 professores, todos com carreira de magistério de ensino superior em regime de trabalho de 40 horas semanais com dedicação exclusiva, e 2 técnicos administrativos, um vinculado diretamente ao Departamento e outro na secretaria da Coordenação de Curso. Dentre os professores, o Departamento conta atualmente com 16 doutores e 1 mestre.

Destaca-se também que o Instituto Multidisciplinar conta com um quadro de técnicos administrativos que auxilia nos diversos procedimentos envolvidos no curso de graduação em Ciências Econômicas. Ressalta-se o Núcleo de Apoio à Graduação (NAGRAD–IM) da Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD).

XI – REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

No que se refere à legislação nacional e institucional, o presente presente projeto pedagógico do curso de Ciências Econômicas contempla em seus componentes curriculares, atividades complementares, atividades acadêmicas, trabalho de conclusão de curso e estágio:

1. Lei Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
2. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Plano Nacional de Educação
3. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso
4. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei nº 11.645 de 10/03/2008 e Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004 e Deliberação CEPE nº 35 de 26 de abril de 2013.
5. Prevalência de avaliação presencial para os cursos na modalidade a distância (Dec. Nº. 5.622/2005 art. 4 inciso II, $2)
6. Disciplina de LIBRAS (Dec. 5626/2005)
7. Políticas de educação ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002)
8. Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012)
9. Regimento Geral da UFRRJ (Deliberação Nº 015, de 23 de março de 2012)
10. Deliberação sobre Verificação de Rendimento da UFRRJ (Deliberação Nº 128, de 03 de março de 1982 e revisada em 2009)
11. Lei nº 10.861, de 14 de Abril de 2004
12. Parecer CNE/CES Nº 95/2007 (Processo Nº: 23001.000103/2004-05 do MEC)
13. Parecer CNE/CES Nº 261/2006 (Processo Nº: 23001.000146/2005-63 do MEC)

14. Resolução Nº 2, de 18 de junho de 2007 do MEC (DOU de 19/06/2007, Seção 1, pág. 6)

15. Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2007 do MEC (DOU de 16/07/2007, Seção 1, pág. 22,23)

ANEXO I – LISTA DE DISCIPLINAS OPTATIVAS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS DO INSITUTO MULTIDISCIPLINAR

Código	Disciplina	Carga Horária	Requisitos
IM 144	Introdução a antropologia	60	
IM 202	História Moderna	60	
IM 203	História da América I	60	
IM 204	História do Mundo Contemporâneo	60	
IM 205	História da África	60	
IM 215	História Econômica Geral I	60	
IM 225	História Medieval	60	
IM 227	História do Brasil I	60	
IM 240	Economia Internacional II	60	Macroeconomia II / Economia Monetária I
IM 246	História da América II	60	
IM 247	História Contemporânea I	60	
IM 248	História do Brasil II	60	
IM 250	História do Brasil III	60	
IM 252	História da América III	60	
IM 256	Economia do Meio Ambiente	60	Microeconomia I
IM 259	Economia Regional e Urbana I	60	
IM 264	Moeda, Bancos e Inovações Financeiras	60	Economia Monetária I
IM 265	Economia das Instituições	60	Microeconomia I
IM 266	Economia da Tecnologia	60	Microeconomia I
IM 267	Economia da Inovação	60	Microeconomia I
IM 268	Tópicos Avançados em Economia do Setor Público	60	Economia do Setor Público
IM 269	Economia Fluminense	60	

Código	Disciplina	Carga Horária	Requisitos
IM 270	Teoria e Padrões de Desenvolvimento das Nações	60	Desenvolsimento Socioeconômico/ Macroeconomia IV
IM 271	Econometria II	60	Econometria I
IM 272	Introdução à Economia Matemática	60	Microeconomia III
IM 273	Desenvolvimento e Política Industrial	60	Microeconomia III
IM 274	Desenvolvimento Regional Brasileiro	60	Formação Econômica do Brasil
IM 275	Políticas Públicas de Trabalho, Qualificação e Geração	60	
IM 276	Antropologia da Economia	60	
IM 277	Tópicos em Teoria Política: Uma introdução ao Debate da Globalização	60	
IM 278	Tópicos em Teoria Política: Presente e Futuro do Welfare State	60	
IM 279	Tópicos em Teoria Política: Introdução a Política Pública	60	
IM 280	Tópicos em Teoria Política: A Teoria Institucional na Ciência Política	60	
IM 301	Introdução à administração	60	
IM 302	Teoria Geral da Administração I	60	
IM 303	Teoria Geral da Administração II	60	IM 302
IM 305	Direito Administrativo	60	
IM 306	Princípio de Finanças	60	IM 349
IM 308	Contabilidade Gerencial	60	IM 307 / IM 347
IM 321	Economia Aplicada ao Turismo	60	
IM 328	Finanças Corporativas	60	IM 306 / IM 349
IM 330	Empreendedorismo	60	
IM 347	Análise das Demonstrações Contábeis	60	IM 307
IM 348	Estratégia de Marketing	60	IM 371

Código	Disciplina	Carga Horária	Requisitos
IM 349	Matemática Financeira	60	
IM 355	Teoria e Contabilidade de Custos	60	IM 307
IM 356	Administração Estratégica	60	
IM 359	Orçamento de Empresa	60	
IM 362	Gerência de Investimentos	60	
IM 369	Negociação	30	
IM 371	Fundamentos de Marketing	60	
IM 402	Espanhol I	60	
IM 412	Inglês Instrumental	60	
IM 413	Língua Portuguesa e Produção de Textos	60	
IM 414	Inglês I	60	
IM 415	Inglês II	60	IM 414
IM 416	Espanhol II	60	IM 402
IM 429	Álgebra Linear I	60	
IM 433	Álgebra II	60	IM 405
IM 437	Álgebra III	60	IM 433
IM 461	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	30	
IM 624	Economia Agroindustrial	60	
IM 625	Finanças Internacionais	60	
IM 626	Padrões de Desenvolvimento Econômico	60	
IM 627	Taxas de Juros e Operações de Mercado	60	
IM 628	Teoria Financeira	60	
IM 629	Tópicos Especiais em Economia Brasileira	60	
IM 630	Tópicos Especiais em Economia Monetária	60	
IM 631	Tópicos Especiais em Macroeconomia – Economia Solidária	60	
IM 650	Tópicos Especiais em História do Pensamento Econômico	60	
IM 651	Demografia Econômica	60	
IM 652	Economia Agroindustrial	60	

Código	Disciplina	Carga Horária	Requisitos
IM 653	Economia Política III	60	
IM 654	Experiências Comparadas de Desenvolvimento Econômico	60	
IM 655	Finanças Internacionais	60	
IM 656	Formação de Salários e Mercado de Trabalho	60	
IM 657	Fundamentos de Macroeconomia Pós-Keynesiana	60	
IM 658	Modelos Macroeconômicos Estruturalistas e Kaleckianos	60	
IM 659	Pensamento Econômico e Social Brasileiro	60	
IM 660	Teoria da Firma	60	
IM 661	Teoria do Valor	60	
IM 662	Teoria e Método da Economia Política	60	
IM 663	Tópicos Avançados em Economia Política I	60	
IM 664	Tópicos Especiais em Microeconomia – Economia dos Recursos Humanos	60	
IM 665	Tópicos Especiais em Teoria Econômica I – Liberalismo	60	
IM 666	Tópicos Especiais em Teoria Econômica II – Teorias Imperialistas	60	
IM XXX	Economia da Baixada Fluminense	60	
IM XXX	Cultura e Desenvolvimento Socioeconômico	60	
IM XXX	Economia Política Internacional	60	
IM XXX	História do Sistema Internacional Moderno	60	
IM XXX	Tópicos Especiais em História Econômica Geral	60	
IM XXX	Introdução à Economia Comportamental	60	
IM XXX	Introdução à Teoria dos Jogos	60	
IM XXX	Integração Econômica e Globalização	60	
IM XXX	Tópicos de Economia Internacional	60	Macroeconomia I
IM XXX	Fundamentos de Teoria Política	60	
IM XXX	Economia Financeira I: Matemática Financeira Aplicada	60	

Código	Disciplina	Carga Horária	Requisitos
IM XXX	Economia Financeira II: Elaboração e Análise de Projetos de Investimento	60	Economia Financeira I: Matemática Financeira Aplicada
IM XXX	Economia da Energia	60	Microeconomia II
IM XXX	Economia da Regulação e Defesa da Concorrência	60	
IM XXX	Política Energética	60	Microeconomia III

ANEXO II – CADERNOS ANGE DE ORIENTAÇÃO ACADÊMICA 2010: TRABALHO DE CURSO (MONOGRAFIA)

Este documento busca tratar de forma didática as Diretrizes Curriculares aprovadas em 06 de outubro de 2005 (homologadas em 2006), com as alterações contidas no Parecer CNE 095/2007 e instituídas a partir da Resolução MEC/CNE 04/2007 de 13/07//2007. Estas Diretrizes são o resultado de um trabalho conjunto realizado pelas Entidades acadêmicas como ANGE – Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas, ANPEC – Associação Nacional dos Cursos de Pós-graduação em Economia, SEP – Sociedade Brasileira de Economia Política, bem como das Entidades profissionais como COFECON – Conselho Federal de Economia, CORECONS – Conselhos Regionais de Economia, FENECON – Federação Nacional dos Economistas e, mais recentemente, OEB – Ordem dos Economistas do Brasil.

São assim fruto de amplos debates que se desenrolaram ao longo de mais de 10 anos, sempre se renovando e se aprimorando em diversos fóruns e congressos das entidades dos economistas, bem como em debates com os órgãos públicos responsáveis pela legislação do ensino superior no Brasil como o CNE – Conselho Nacional da Educação, a SESu - Secretaria de Ensino Superior e o próprio MEC – Ministério da Educação. Seu formato final deve muito aos Conselheiros do CNE que souberam compreender nossas reivindicações. Dentre eles merecem menção especial os Conselheiros Antônio Carlos Caruzo Ronca, Alex Fiúza de Mello e Marilena Chauí.

Estas notas explicativas sobre as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Ciências Econômicas foram elaboradas pela ANGE, entidade que tem sido responsável, em seus 25 anos de história, pela discussão sobre a formação do economista. Foi construída com o compromisso de elevar a qualidade do ensino de economia em todo o país, qualidade esta referenciada no pluralismo que contempla a diversidade de leituras e interpretações teóricas, metodológicas e analíticas do saber econômico, com rigor e consistência.

A ANGE realiza anualmente um Congresso Nacional que reúne especialistas de todas as instituições de ensino do país, representantes das entidades profissionais e representantes – docentes e discentes – dos diferentes cursos espalhados pelo território nacional para discutir a formação do economista em sentido amplo e específico. Dentre os diversos temas abordados estão a Economia, enquanto ciência e como profissão, envolvendo discussões dos projetos pedagógicos dos cursos, disciplinas e conteúdos, cargas horárias, sistemas de avaliação etc. Muitas vezes também realiza

Encontros Regionais com as instituições de ensino para a troca de experiências sobre o complexo processo de formação dos profissionais da economia.

Com a publicação deste conjunto de documentos – Pareceres e resoluções – e dos comentários explicativos, a ANGE busca continuar contribuindo com as instituições de ensino que pretendem não só cumprir com as determinações legais, mas fazê-lo com rigor e qualidade acadêmica.

As Diretrizes Curriculares

O advento destas diretrizes não poderia vir em melhor hora. Recoloca, no momento propício, sobre a mesa, o debate acerca da Economia como ciência e como formação profissional, após longos anos nos quais os economistas perderam terreno. Nos anos de 1990, a demanda pelos cursos de economia declinou em todo mundo, em simultâneo com a adoção do chamado "pensamento único" para o qual não havia mais o que discutir no campo da Ciência Econômica. Por esta forma de pensar, restava aos economistas apenas operar um sistema que funcionava segundo uma natureza definida e que não deveria sofrer interferências, o que até então, era o papel central dos profissionais da economia, estivessem eles no governo ou em empresas privadas. Para as empresas, a falsa impressão de que tudo se resolveria em um mercado com características dadas contribuiu para que elas deixassem de lado os economistas.

Antes dos anos de 1990, os economistas haviam visto o respeito por sua profissão crescer diante do papel que tinham em compreender e interferir nos movimentos da economia com o objetivo de obter os melhores resultados. Assim, durante quase 50 anos, foram profissionais extremamente importantes como definidores das estratégias tanto de governos como de empresas e bancos privados. Eram tidos não só como aqueles que compreendiam profundamente o sistema econômico, mas que sabiam muito bem como poder-se-ia interferir em seu funcionamento.

Durante a crise da profissão dos anos 1990, muitos economistas chegaram a pensar que o melhor que poderiam fazer era transformarem-se em administradores de empresas ou mesmo contadores. Outro grupo dirigiu-se para o campo das engenharias, tentando transformar a Ciência Econômica em ciência exata, como forma de conquistar alguma credibilidade "científica", muitas vezes afastando-a de sua condição de ciência social (e por vezes da própria realidade concreta), esquecendo-se justamente daquilo que a Ciência Econômica possui de diferencial, do que lhe dá corpo e a torna uma ciência específica.

Assim, é necessário recuperar o que a Economia, enquanto ciência e enquanto profissão, tem de específico, rico e útil para a sociedade. Talvez essa seja a única forma de recuperar seu papel e, dessa forma, mostrar sua importância à sociedade. O advento destas Diretrizes Curriculares é a porta que se abre para esse reposicionamento do ensino da Ciência Econômica na recuperação de seu status. Tais Diretrizes permitem uma formação plural, conectada à realidade concreta brasileira e mundial, base fundamental para um profissional capaz de lidar de forma criativa com um mundo complexo, em constante transformação, para o qual um pensamento único, que empobrece o economista, não pode ser capaz de dar conta.

Tal formação propicia o desenvolvimento de aptidões e habilidades contidas nas Diretrizes Curriculares, que permitem ao economista encontrar seu lugar no mundo do trabalho, afirmando seu diferencial enquanto profissional diante das outras profissões concorrentes. Dentro de uma empresa, o economista é aquele que, nas mais diversas atividades que pode exercer, a olha de dentro para fora e que é capaz de verificar e analisar o terreno em que ela se locomove; é aquele que desenha estratégias de ação; um profissional cada vez mais fundamental em um mundo no qual quem pensa pequeno, quem pensa localmente, não tem futuro.

Para entender as regras que dão conteúdo e forma à formação do economista é necessário levar em conta não apenas o parecer sobre as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Ciências Econômicas (Parecer 095/2007), mas a resolução que define a Carga Horária Mínima dos cursos de Graduação, Bacharelados, na Modalidade Presencial (Resolução MEC/CNE 02/2007).

Na verdade, as Diretrizes respeitam até certo ponto as discussões realizadas nos Congressos da ANGE e nos debates com as outras instituições representantes dos economistas, tanto acadêmicas (ANPEC e SEP), como profissionais (COFECON e FENECON). Assim, são uma evolução em relação às Diretrizes (Parecer 375/84) e Resolução (11/84) anteriores, embora percam um pouco em clareza pela falta de explicações mais completas.

Sua maior inovação foi a ampliação de 40% da carga horária de escolha dos cursos para 50%, com uma redução das unidades de estudo ou disciplinas que compõem o que se denomina Currículo Mínimo ou Formação Básica Obrigatória. Essa mudança deve-se à nova política do CNE/MEC que deixa a definição de disciplinas, da carga horária de escolha, ao encargo dos economistas, suas entidades representativas e instituições, retirando-a do âmbito do Estado.

Outra modificação importante foi a inclusão de Atividades Complementares extra-classe nos currículos, abrindo a possibilidade para especializações e experiências definidas pelas próprias entidades e instituições, em complemento à formação do aluno. Essas atividades complementares passaram a fazer parte da carga horária dos cursos, que por isso teve seu mínimo ampliado em relação à legislação anterior.

Merece destaque ainda que, pela nova legislação, a estruturação de um Projeto Pedagógico, que já era recomendado, ganhou novos contornos. Passou a ser não apenas obrigatório, mas adquiriu um novo status, uma vez que passa a servir de base para avaliação do curso e das instituições, por parte dos órgãos competentes e dos próprios alunos.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)

A Monografia tem sido tema de debates históricos no âmbito dos encontros e Congressos de todas as entidades representativas dos economistas. Normalmente, nos Congressos da ANGE, sessões especiais discutem o assunto.

A necessidade e a importância da Monografia é consenso entre os economistas e Coordenadores de Cursos porque é essencial não apenas para a formação de economistas que pretendem discutir questões acadêmicas, mas principalmente para aqueles que procuram entender questões relacionadas ao mundo do trabalho prático. Possibilita ao aluno relacionar essas questões ao aprendizado adquirido ao longo do curso, elevando sua capacidade analítica, fundamental para a atuação profissional do economista.

O Parecer CNE/CES No 95/2007 define, assim, a Monografia:

> A monografia é o momento de síntese em que o aluno tem a oportunidade de reunir na sua estrutura cognitiva os grandes temas, as grandes questões que foram debatidas no curso. É o momento em que os conhecimentos adquiridos são reunidos, inter-relacionados e também o momento de aplicação prática de conhecimentos teóricos no estudo de um objeto concreto da realidade econômica escolhido pelo próprio aluno.

Assim, as Diretrizes Curriculares definem o Trabalho de Curso como uma atividade obrigatória que deve compreender e incluir as seguintes disciplinas ou unidades de estudos: Metodologia e Técnica de Pesquisa em Economia e a própria Monografia. Segundo as Diretrizes, a Monografia individual é uma atividade obrigatória que deve ter as seguintes características:

a) Deve ser orientada por um professor;

b) Ter o formato mínimo final de um artigo, obedecendo às normas técnicas vigentes para efeito de publicação de trabalhos científicos;

c) De preferência deve versar sobre questões objetivas, baseando-se em bibliografia e dados secundários de fácil acesso;

d) Pode envolver projetos de atividades centrados em determinada área teórico-prática ou de formação profissional do curso, que reúna e consolide as experiências em atividades complementares, em consonância com os conteúdos teóricos apreendidos.